



25 DE OUTUBRO DE 2017

Quarta-feira

- DIA DO DESAFIO AMBIENTAL
- TEMER SANCIONA REFIS ANTES DE VOTAÇÃO DE 2ª DENÚNCIA NA CÂMARA
- SENADO APROVA TEXTO-BASE DO CADASTRO POSITIVO
- CIESP APONTA PARA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA
- BRASIL LEVA 4,5 ANOS EM MÉDIA PARA PROMULGAR ACORDOS NEGOCIADOS COM OUTROS PAÍSES
- MDIC CHEFIA MISSÃO BRASILEIRA À SUÉCIA
- GOVERNO DIVULGA CNPJ SUSPENSOS E ORIENTA REGULARIZAÇÃO DE MEI
- ESOCIAL IRÁ EXIGIR CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES EM FASES A PARTIR DE 2018
- PROJETO AMPLIA MULTAS PARA EMPRESAS QUE NÃO DEPOSITAREM FGTS DO TRABALHADOR
- GOVERNO QUER RETOMAR IMEDIATAMENTE NEGOCIAÇÕES PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ PADILHA
- PREVIDÊNCIA SERÁ VOTADA NA SEGUNDA QUINZENA DE NOVEMBRO, DIZ MEIRELLES
- SEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA, GOVERNO PODE SUSPENDER ABONO SALARIAL, DIZ MEIRELLES
- FUNCIONÁRIOS DE AUTOPEÇAS PODEM ENTRAR EM GREVE HOJE
- GREVES AINDA AFETAM MITSUBISHI E CHERY
- ANALISTAS DA RECEITA FEDERAL REALIZAM PARALISAÇÃO DE 24 HORAS
- COM REFORMA TRABALHISTA, PETROBRAS NÃO TERÁ MAIS DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS
- JUSTIÇA DETERMINA DIVULGAÇÃO DA 'LISTA SUJA' DO TRABALHO ESCRAVO
- APÓS SUSPENSÃO, MINISTÉRIO DIZ QUE VAI 'APRIMORAR' TEXTO DO TRABALHO ESCRAVO
- ESTUDO APRESENTADO À CAE DEFENDE REDISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA ENTRE SETORES

- ARTIGO: ATÉ AGORA, SÓ CONHECEMOS RIDÍCULAS BRAVATAS DOS PRESIDENCIÁVEIS
- COM NOVA REGRA, TARIFA DE ENERGIA DEVERÁ SUBIR 3,3% EM NOVEMBRO
- ANEEL MUDA BANDEIRAS TARIFÁRIAS E CONTA DE LUZ DEVE FICAR MAIS CARA EM NOVEMBRO
- TAXA BÁSICA DE JUROS CAMINHA PARA NÍVEL MAIS BAIXO EM 60 ANOS
- ARTIGO: BANCOS CENTRAIS SOZINHOS SÃO INCAPAZES DE PRODUIR SISTEMA FINANCEIRO ESTÁVEL
- BOVESPA SOBE E RECUPERA OS 76 MIL PONTOS, AMPARADO EM GANHOS DA VALE
- IPC-FIPE AVANÇA 0,22% NA 3ª QUADRISSEMANA DE OUTUBRO
- USINAS DEVEM TER EM OUTUBRO ALTA NAS VENDAS MENSAS DE ETANOL PELA 1ª VEZ NA SAFRA
- COMPETITIVIDADE DO ETANOL MELHORA E AS VENDAS AUMENTAM
- DOW SOBE PARA PATAMAR RECORDE COM RESULTADOS OTIMISTAS DA 3M E CATERPILLAR
- COMBUSTÍVEIS AGORA SEGUEM COTAÇÕES INTERNACIONAIS
- AUTOMOTIVO E AGRÍCOLA IMPULSIONAM DISTRIBUIÇÃO DE AÇO PLANO
- RESULTADO OPERACIONAL DA GM SUPERA ESTIMATIVAS E AÇÕES SOBEM
- TOYOTA APRESENTA CARRO DESENVOLVIDO PARA CADEIRANTES
- COMPRA DE AÇO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO FICA QUASE ESTÁVEL EM SETEMBRO, DIZ INDA
- MP QUE CRIA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO É APROVADA EM COMISSÃO MISTA
- INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO CRESCE APÓS TRÊS ANOS DE RETRAÇÃO
- CONSUMO DE TRANSFORMADOS DE ALUMÍNIO SOBE 2,1% NO 1º SEMESTRE

CÂMBIO		
EM 25/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,240	3,240
Euro	3,825	3,827

Fonte: Bacen

Dia do Desafio Ambiental

25/10/2017 – Fonte: INPAR

O SINDIMETAL/PR apoia e divulga o evento



Faça parte do

Dia do Desafio Ambiental

A ação visa coletar e destinar adequadamente os resíduos.

Data 28/10 Horário das 8h às 18h
Local Carrefour Parolin (Av. Mal. Floriano Peixoto, 3031)

Itens que serão coletados: Gesso, Calça, Madeira, Papel, vidros e garrafas de cerveja, Óleo de cozinha, pilhas e baterias, Medicamentos (origem doméstica), Eletroeletrônicos, latas de tintas, pneus, plásticos e garrafas PET, sacos de cimento, roupas, tecidos, calçados, bolsas, maquiagens, bijuterias, lâmpadas (origem doméstica e limite de 10 unidades por pessoa) e papelão.

REALIZAÇÃO

abine UNIONS OF PEOPLE GREEN ELECTRON Colica Carrefour CURITIBA SENAFACEL SENAI SINDIVEST SINDUSCIV INIPAR SINCOPAR USIPAR XIBIU

Temer sanciona Refis antes de votação de 2ª denúncia na Câmara

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente Michel Temer sancionou nesta terça-feira (24) o Refis, programa de parcelamento de dívidas com o fisco.

Deputados da base aliada pressionaram o presidente a sancionar a medida provisória do Refis antes da votação da segunda denúncia contra Temer na Câmara dos Deputados, prevista para esta quarta-feira (25), e ameaçavam não aparecer na sessão.

Segundo fontes envolvidas na negociação, o presidente vetou pelo menos quatro itens. A publicação em "Diário Oficial" está prevista para esta quarta-feira (25).

O presidente vetou a inclusão de empresas do Simples no programa de refinanciamento de dívidas, assim como os pagamentos mínimos desses devedores.

O tema, na avaliação do Planalto, é inconstitucional, pois não poderia ser tratado por meio de medida provisória. Mesmo deputados da base aliada reconheciam que a inclusão não iria prosperar.

Também foi rejeitado trecho que proibia a exclusão de devedores que pagassem valor insuficiente para reduzir a dívida, ou seja, que só arcassem com os juros do parcelamento.

Temer também vetou o artigo 12, que abriria caminho para planejamento tributário em operações envolvendo a venda de créditos gerados por prejuízos fiscais.

O trecho aprovado pelo Congresso, na avaliação da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, permitiria que empresas que hoje desfrutam de algum benefício fiscal, inclusive Refis, pudessem descontar do cálculo do IR (Imposto de Renda) o benefício e a redução do valor de juros, multas e encargos.

Na prática, com o Refis, elas pagariam menos IR.

O governo negocia com os parlamentares a publicação da prorrogação do prazo final de adesão, que expira em 31 de outubro, por pelo menos mais 15 dias.

Aliados, como o relator da MP do Refis na Câmara, deputado Newton Cardoso Jr.

(PMDB-MG), afirmam que a extensão do prazo é importante para não prejudicar empresas que ainda não aderiram e que precisam de tempo para ingressar no programa.

Isso porque, após a sanção, é preciso que Receita e Procuradoria publiquem portarias disciplinando as condições de adesão, o que pode consumir tempo e deixar uma janela pequena de entrada para os interessados.

A Receita, no entanto, resiste à ampliação do prazo, sustentando que isso prejudica a arrecadação.

Objeto de negociações desde a primeira edição de medida provisória, em janeiro, o Refis recolheu R\$ 10,5 bilhões aos cofres públicos até setembro.

O texto sancionado oferece condições mais vantajosas aos devedores, que poderão migrar para esta versão do Refis.

A Receita, no entanto, já antecipou que eventuais restituições de valores pagos a mais só serão feitas a partir do ano que vem, o que não afetaria a receita de 2017.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse não acreditar que a sanção do Refis às vésperas da votação vá ter reflexo na base aliada e negou que se tratasse de negociação com parlamentares. "Essa negociação é fruto de uma imaginação que não é a minha", afirmou. "O Refis é uma postulação de anos."

Senado aprova texto-base do cadastro positivo

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Marcos Santos/USP Imagens



Estimativa é que apenas 6 mi de consumidores tenham aderido ao chamado cadastro de bons pagadores

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (24) o texto-base do projeto de lei que torna automática a adesão de consumidores ao cadastro positivo.

Os destaques (propostas de alteração ao texto) deverão ser apreciadas nesta quarta (25). Concluída a votação, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

O cadastro positivo existe desde 2011 mas nunca decolou –hoje, a estimativa é que apenas 6 milhões de consumidores tenham aderido ao chamado cadastro de bons pagadores.

Um dos motivos é que, para entrar na relação, o consumidor tinha que fazer uma requisição formal. O projeto do Senado, cujo relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE), torna automática a entrada no cadastro positivo. Quem quiser ser excluído deverá fazer a solicitação.

Outra novidade é a inclusão de novas fontes de informações.

Além dos bancos, prestadores de serviço, como concessionárias de luz, gás, água e telefone, serão obrigados a informar sobre pagamentos, o que vai aumentar o alcance do cadastro.

Monteiro acredita que, com isso, o número de participantes do cadastro positivo possa superar 100 milhões em poucos meses.

Nas redes sociais, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o cadastro positivo pode resultar em juros mais baixos ao consumidor.

"O novo cadastro positivo vai permitir que toda pessoa ou empresa que pagou suas contas em dia possa ter acesso a crédito mais barato", afirmou Meirelles. "Na medida em que o novo cadastro for implantado, as taxas de juros cobradas das empresas e consumidores irão cair."

POLÊMICA

A inclusão automática dos consumidores, porém, é alvo de polêmica. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou destaque retirando essa mudança, justificando que a adesão deveria continuar sendo voluntária.

Entidades de defesa do consumidor temem ainda que as informações sigilosas dos consumidores possam ser vendidas ou "vazem" para eventuais interessados, uma vez que o projeto de lei altera as regras do sigilo bancário.

Conforme adiantou a **Folha**, o projeto prevê que apenas birôs de crédito terão acesso às informações dos consumidores. Essas casas terão regulação apertada pelo Banco Central.

Hoje são três as entidades habilitadas a produzir essas informações: Serasa Experian, Boa Vista SCPC e GIC (empresa recém-criada pelos cinco maiores bancos do país e que passa a operar em janeiro).

Pelo projeto, elas vão produzir notas para cada cliente, uma síntese do histórico do tomador de crédito. As informações brutas continuarão sob sigilo.

A nota é que poderá ser repassada a lojas, bancos e outros potenciais usuários da informação.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AM) apresentou destaque propondo que o trecho que permite a quebra do sigilo bancário seja excluído.

Outra sugestão de alteração ao texto base que será analisado pelo Senado, de autoria da senadora Lídice da Mata, é a mudança no artigo sobre a responsabilização em caso de vazamento de informações ou de prestação de informações equivocadas sobre os consumidores.

A legislação atual prevê que a responsabilidade é solidária, ou seja, alcança os provedores de informação (bancos), os birôs de crédito e também os usuários (lojas, por exemplo).

O projeto de lei pretende estipular a responsabilidade objetiva, ou seja, culpa-se apenas o responsável pelo erro ou irregularidade.

O objetivo, segundo Monteiro, é evitar que bancos, lojas e birôs deixem o cadastro positivo em desuso, com medo de que haja erros ou irregularidades ao longo da cadeia.

Ciesp aponta para recuperação da economia

25/10/2017 – Fonte: GS Notícias /DCI

Entidade alerta, no entanto, que retomada do crescimento, com a ampliação de investimentos, está obrigatoriamente atrelada à conclusão das reformas além da contenção do déficit público



As empresas associadas ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) regional Campinas registraram 150 demissões no mês de setembro, no entanto, esse número é bem menor se for comparado às demissões para o mês de setembro desde o ano de 2015.

Em 2016, foram 900 demissões e em 2015 foram 650 postos de trabalho fechados. No acumulado de janeiro a setembro de 2017, temos um saldo positivo de 350 vagas.

Seguindo uma tendência dos meses, alternando com contratações e demissões independente do quadro dos próximos meses de outubro, novembro e dezembro, certamente o nível de emprego industrial fechará numa situação muito melhor do que foi registrado em 2016 com cerca de 5.750 demissões e em 2015 quando foram fechados 9.400 postos de trabalho.

A avaliação é do diretor do Ciesp Campinas, José Nunes Filho. A tendência, projeta Nunes Filho, é de encerrar 2017 num ritmo mais positivo. "Nós queremos é chegar no final do ano com estabilidade no emprego, ou seja, com nível de emprego próximo do zero ou acima do zero, o que nos dá já uma tranquilidade em relação aos dois anos anteriores", diz.

Para o economista e professor da Faculdades de Campinas (Facamp) José Augusto Ruas, o nível de emprego em 2017 segue um quadro mais positivo que nos dois últimos anos. "Se você olhar sobre a perspectiva anual, é um ano extremamente positivo. A gente olhar e ver que parou de cair é algo a ser comemorado. Ficar no zero seria ótimo porque a gente parou de cair", avalia.

Recuperação

A pesquisa de sondagem industrial elaborada pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Facamp junto às associadas do Ciesp Campinas mostra que houve uma melhora no nível da capacidade instalada das empresas, o que reflete um ligeiro aumento de produção.

Para Nunes Filho, os dados refletem que a situação econômica está melhorando e demonstrando um certo nível de reação. "Estamos recuperando a capacidade ociosa a princípio e, depois, devemos passar para um aumento da capacidade que seria a compra de novas máquinas, aumento da produção e mais contratação. Os sinais são muito positivos."

Para que ocorra por parte dos empresários um nível maior de investimento, o diretor do Ciesp reconhece, entretanto, que são fundamentais pontos como a conclusão das reformas e a contenção do déficit público. "Se o governo realmente conseguir terminar as reformas e conseguir conter o déficit público nós vamos ter um 2018 bom", argumenta.

José Nunes Filho disse que comércio exterior teve pontos bem positivos em setembro com um comércio internacional mais vigoroso, com um aumento de 29,1% na corrente de comércio.

"Houve um aumento expressivo das importações, o que demonstra que as empresas da região de Campinas estão produzindo mais porque estão importando mais componentes e matérias primas."

Para ele, mostra um maior vigor na economia e uma recuperação dessas empresas com a diminuição da capacidade ociosa. "Significa que logo vamos entrar na área de investimentos, então eu vejo com muito otimismo. Os números são bons e são favoráveis. A gente espera que se mantenham", finaliza Nunes Filho.

Brasil leva 4,5 anos em média para promulgar acordos negociados com outros países

25/10/2017 – Fonte: CNI

Levantamento da CNI mostra que 27 tratados internacionais assinados pelo Brasil entre 2003 e 2017 se arrastam pela burocracia até serem incluídos na legislação brasileira

Acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro levam, em média, 1.590 dias entre a foto oficial e a entrada em vigor no direito interno. São mais de quatro anos tramitando na burocracia do Estado.

O prazo é muito longo e impede que o setor produtivo se beneficie rapidamente de acordos de livre comércio, facilitação de investimentos e tratados para acabar com a dupla tributação ou reduzir em mais de 60% o custo com expatriados. É o que mostra levantamento inédito feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A CNI mapeou a tramitação de 27 acordos internacionais firmados pelo Brasil entre 2003 e 2017, que são críticos para a competitividade da economia brasileira. Destes, somente 18 foram promulgados até o momento. Os outros nove passaram pelo Congresso e aguardam o decreto presidencial. Fase que, em média, leva um ano.

"O Executivo consome muito tempo apenas com procedimentos burocráticos, pois não há mudança a ser feita no acordo após sua assinatura. Apenas o Legislativo pode deliberar se aprova ou não o texto", explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

O processo de internacionalização tem três etapas e pelo menos dois gargalos. Assim que assinado, o acordo é encaminhado para o Executivo, onde fica cerca de um ano dando voltas pelos ministérios, somente para conhecimento dos envolvidos.

Na segunda etapa, a Casa Civil encaminha mensagem ao Congresso, onde fica, em média, 808 dias, em análise. Uma vez aprovado, o decreto legislativo volta para o Executivo, onde passa outro ano até ser promulgado.

Segundo Abijaodi, é praticamente impossível acompanhar a tramitação dos acordos no Executivo, pois ao contrário do Legislativo e do Judiciário, não há processos de acompanhamento online. "É pouco transparente. Às vezes nos informam que está num ministério x, mas está no y parado há mais de um mês", diz o diretor.

A longa caminhada pela qual passam os acordos brasileiros dentro do governo se torna ainda mais grave quando há prazo de implementação após a entrada em vigor. Um exemplo é o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que começou a ser negociado em 1995. Se ele for assinado em dezembro de 2017, ele será internalizado em 2022. Com prazo de desgravação – redução do imposto de importação – de 10 anos, os efeitos totais só serão vistos em 2032.

EXEMPLOS – Entre os parceiros do Brasil no Mercosul, o trâmite é mais acelerado. No caso do Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul – Índia, assinado em 19 de março de 2005, ele foi aprovado pelo Parlamento do Paraguai em 11 de novembro de 2005.

No Brasil, o Executivo só encaminhou a mensagem ao Congresso em outubro daquele ano. O decreto legislativo foi publicado em 4 de setembro de 2008 e o decreto presidencial só foi assinado em 1º de junho de 2009.

Há casos extremos como o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU que levou sete anos e um mês para entrar em vigor. Os presidentes dos dois blocos assinaram o acordo em 3 de abril de 2009. O governo do Uruguai, por exemplo, promulgou o acordo em 30 de setembro de 2011. No Brasil, a Casa Civil só encaminhou a mensagem para o Congresso mais de um ano depois, em 14 de abril de 2010.

O Congresso aprovou o texto, mas o Itamaraty identificou, pós-aprovação, mais de duas centenas de erros de tradução do inglês para o português. O documento voltou para o Congresso e só foi internalizado em 4 de abril de 2016.

O acordo para evitar dupla tributação (ADT) entre Brasil e Rússia passou 12 anos e 11 meses para ser promulgado. O Congresso também precisou apreciá-lo duas vezes, pois o Executivo encaminhou o documento faltando uma das páginas do anexo 1. O ADT entre Brasil e Venezuela levou nove anos e 11 meses para ser aprovado.

MDIC chefia missão brasileira à Suécia

25/10/2017 – Fonte: MDIC



O secretário-executivo do MDIC, Marcos Jorge, participa de uma série de reuniões e eventos com autoridades suecas destinadas a aprofundar a cooperação bilateral

O secretário-executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima, participa, a partir desta terça-feira, de missão técnica brasileira à Suécia.

Em Estocolmo, ele terá uma série de reuniões, visitas e eventos com autoridades suecas destinados a aprofundar a cooperação bilateral.

6º Workshop Brasil-Suécia em Aeronáutica

Nesta quarta-feira (25), às 9h da manhã, o secretário-executivo participa da abertura 6º Workshop Brasil-Suécia em Aeronáutica, no Royal Institute of Technology (KTH), em Estocolmo, com a participação de pesquisadores e empresários brasileiros.

A organização do evento é uma parceria do governo brasileiro (MCTIC, CNPq, ITA) com o Programa Innovair, instituição do governo sueco responsável pela política para o setor aeronáutico em cooperação com o Instituto Real de Tecnologia (KTH). O trabalho é coordenado pelo Grupo de Alto Nível Brasil Suécia em Aeronáutica (GAN), presidido pelo MDIC.

A Sessão Plenária do 6º Workshop trará o status atual da cooperação bilateral entre o Brasil e a Suécia, os benefícios alcançados até agora, os casos de sucesso e as perspectivas futuras.

Haverá também "ConverStations", estações de conversação, onde uma apresentação curta e preparada é dada por um stakeholder no setor aeronáutico (academia ou indústria) e uma discussão é realizada com os participantes.

Grupo de Alto Nível Brasil Suécia em Aeronáutica

Na quinta-feira (26), às 8h30, Marcos Jorge participa do terceiro encontro do Grupo de Alto Nível Brasil Suécia em Aeronáutica (GAN), que será realizado no Ministério da Inovação da Suécia, em Estocolmo. A criação do GAN pode ser considerada um desdobramento da compra de 36 aviões de caça suecos da empresa sueca Saab.

Uma das principais razões para a escolha da empresa sueca frente aos demais concorrentes foi a transferência de tecnologia e a possibilidade de inserção das empresas brasileiras na cadeia de fornecimento global da Saab, por meio da fabricação de alguns componentes do caça Gripen NG, proporcionando, ao Brasil, o acesso a novos mercados. O contrato com a empresa da Suécia foi assinado em setembro de 2015.

Segundo cronograma oficial, a FAB deve começar a receber os primeiros Gripen a partir de 2019.

Além das aeronaves, o contrato também inclui transferência de tecnologia para o Brasil e o desenvolvimento e construção de parte das aeronaves pela Embraer, empresa brasileira que participará ativamente do projeto de transferência de tecnologia que já foi iniciado há cerca de um ano com a ida de mais de cem engenheiros brasileiros à Suécia.

Ainda no dia 26, às 13h, o secretário-executivo participa da abertura da II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Alta Tecnologia Industrial Inovadora (2nd Meeting of Steering Group on Innovative High Technological Industrial Cooperation), no Ministério da Inovação da Suécia, em Estocolmo.

Visita à SAAB

Durante a missão à Suécia, que termina na quinta-feira (26/10) também está prevista uma visita à sede da SAAB, na cidade de Linköping, onde técnicos e autoridades poderão conhecer o primeiro caça Gripen brasileiro em produção.

Haverá informações sobre a transferência de tecnologia para o Brasil, e uma palestra com um engenheiro brasileiro da Embraer que trabalha na empresa.

Governo divulga CNPJ suspensos e orienta regularização de MEI

25/10/2017 – Fonte: MDIC

Medida proporciona nova oportunidade para o Microempreendedor Individual se regularizar e evitar o cancelamento definitivo no prazo de 30 dias

O Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) divulgou no Portal do Empreendedor, nesta segunda-feira (23), listagem de Microempreendedores Individuais (MEI) com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) suspensos por 30 dias.

Os MEI alvos dessa suspensão são aqueles que não pagaram nenhuma guia mensal (DAS) referente aos períodos de apuração de 2015, 2016 e 2017 e não entregaram nenhuma declaração anual (DASN-SIMEI) referentes aos anos de 2015 e 2016.

A medida visa possibilitar a regularização da situação do MEI até o dia 22 de novembro. Caso contrário, após o período, poderá ocorrer o cancelamento definitivo do CNPJ.

No Portal do Empreendedor é possível fazer a busca pelo CNPJ ou pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF). Para regularizar sua situação, o microempreendedor pode solicitar, no portal, o parcelamento dos seus débitos em até 60 meses. Caso ele realize algum dos pagamentos pendentes ou entregue alguma das declarações atrasadas até o dia 22 de novembro, evitará o cancelamento.

A baixa definitiva do CNPJ não poderá ser revertida e os débitos migrarão automaticamente para o CPF vinculado. Para continuar a exercer alguma atividade econômica formalmente, o MEI deverá tirar novo CNPJ.

O cancelamento da inscrição do MEI é previsto no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e foi regulamentado por meio da Resolução nº 36/2016 do CGSIM, criada para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

O presidente do CGSIM e secretário especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), José Ricardo da Veiga, ressalta que a suspensão e o posterior cancelamento dos cadastros são uma maneira de otimizar o relacionamento do governo com os MEI ativos, o que é importante para a melhoria da política pública.

“O Comitê Gestor acredita que os registros a serem cancelados são de microempreendedores que não usam mais esses CNPJ. A limpeza da base de dados e o real conhecimento dos números relacionados ao segmento são importantes para a oferta de serviços mais adequada aos MEI que, de fato, estão em atividade”, destaca.

O secretário ressalta ainda que, nos últimos 18 meses, o governo federal tem implementado uma série de ações para facilitar o dia a dia dos microempreendedores individuais, como a reformulação do Portal do Empreendedor e o parcelamento especial em 120 meses.

Além disso, o governo tem buscado facilitar o pagamento das contribuições mensais do MEI. Desde maio de 2017, por exemplo, clientes de 12 bancos públicos e privados passaram a cadastrar a contribuição mensal do MEI em débito automático.

E desde junho deste ano, clientes do Banco do Brasil podem fazer o pagamento das faturas online. “A suspensão por 30 dias, que se inicia agora em 23 outubro, é um alerta e dá mais uma oportunidade para o microempreendedor que queira se regularizar”, frisa José Ricardo.

eSocial irá exigir cumprimento de obrigações em fases a partir de 2018

25/10/2017 – Fonte: Contabeis.com

Seminário realizado na semana passada, na Fiergs, reuniu especialistas no tema e abordou as principais alterações que vão atingir as empresas com a entrada em vigor do módulo

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, porém as empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões, que integram o primeiro grupo a submeter as informações através do módulo do [Sped](#), podem ter um alento.

A Receita Federal admitiu, durante evento em Porto Alegre, que admite a possibilidade de que as exigências sejam cobradas de forma gradual após essa data.

"Iremos definir como ocorrerá esse 'faseamento' nos próximos dias", anunciou o auditor fiscal da Receita Federal e coordenador nacional do [Sped](#), Clóvis Belbute Peres, durante o seminário eSocial em Debate: Uma nova cultura nas relações entre empregadores, empregados e governo, promovido pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), no dia 17 deste mês.

A espécie de subdivisão nos prazos das exigências do eSocial será implementada tanto para o cronograma do primeiro semestre do ano que vem quanto para as empresas que devem utilizar a nova ferramenta a partir de 1 de julho de 2018.

O especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Ernesto Kieckbusch, comemorou a notícia positiva dada por Peres e destacou que, se não fosse essa decisão, a proposta do governo seria inviável. Ao que tudo indica, será criado um cronograma para o preenchimento dos eventos do eSocial.

Uma proposta sobre a qual já há consenso é a implantação faseada, de acordo com os tipos de eventos. "O que ainda falta estabelecer é o calendário com o início da obrigatoriedade para as fases 2, 3 e 4, considerando que a fase 1 já está definida para janeiro de 2018 contemplando o primeiro grupo de contribuintes e para julho o segundo grupo", explicou o auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e supervisor do eSocial, Samuel Kruger, durante o Synergy 2017, evento realizado pelo Thomson Reuters, também na semana passada.

A primeira fase contemplará eventos de tabelas e de cadastramento inicial de vínculos; a segunda, eventos não periódicos, a exemplo da admissão, fatores de risco, afastamentos etc; a terceira, eventos periódicos, que dizem respeito à remuneração laboral; e a quarta, a substituição da Gfip como declaração para apuração da contribuição previdenciária e do [FGTS](#).

"O eSocial ainda tem ajustes a serem feitos e problemas, inclusive legislativos, a serem resolvidos", disse o especialista. Uma das melhorias que deve ser feita, exemplifica, é no que tange à comunicação entre o sistema (e, conseqüentemente, os órgãos envolvidos) e o empregador.

A pouco mais de dois meses para o início da obrigatoriedade para as empresas que faturam acima de R\$ 78 milhões anuais, Márcio Shimomoto orienta os contribuintes a fazer o saneamento e a qualificação dos dados corporativos.

"Essas questões são importantes já nesta primeira fase da implantação", ressalta o empresário contábil, ao recomendar também a realização de testes, tendo em vista que esta opção já está disponível.

Para Shimomoto, é sempre importante lembrar que, após esta fase de implantação e adaptação, o eSocial será um grande avanço na relação empregado-empregador e trará benefícios como a simplificação e a redução de obrigações acessórias. Por fim, o líder setorial faz mais uma recomendação ao governo.

"Que a obrigatoriedade para as demais empresas seja estabelecida em janeiro de 2019, pois muitos eventos são anuais", diz o empresário contábil, ao lembrar que o Sescon-SP participa ativamente do Grupo de Trabalho do eSocial, que reúne entidades e instituições governamentais para debater aprimoramentos e adequações no sistema.

O novo cronograma de implantação do eSocial foi estabelecido na Resolução nº 2, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2016. A resolução anterior, de junho de 2015, estabelecia setembro de 2016 como data limite para o início da produção da solução.

No novo prazo, o eSocial torna-se obrigatório a partir de janeiro de 2018, para empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões, e em julho de 2018, para todas as demais.

A resolução mantém o compromisso de tratamento diferenciado às menores empresas e estabelece, ainda, que fica dispensada a prestação das informações relativas à saúde e segurança do trabalhador nos seis primeiros meses após as datas de início da obrigatoriedade para os empregadores.

O eSocial já está em operação, por meio do módulo do Empregador Doméstico, que materializa o disposto na Lei Complementar nº 150 de 1 de junho de 2015, que ampliou e garantiu os direitos dos trabalhadores domésticos.

O sistema é um instrumento de unificação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas para padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dos dados.

O projeto é uma ação conjunta de Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social ([INSS](#)), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), Ministério do Planejamento e Receita Federal do Brasil (RFB), com desenvolvimento tecnológico do Serpro. O eSocial foi instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Projeto amplia multas para empresas que não depositarem FGTS do trabalhador

25/10/2017 – Fonte: Contábeis.com



A Câmara dos Deputados analisa proposta que eleva a multa para o empregador que não depositar na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) os recursos a que o trabalhador tem direito.

A Câmara dos Deputados analisa proposta que eleva a multa para o empregador que não depositar na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ([FGTS](#)) os recursos a que o trabalhador tem direito.

Segundo o Projeto de Lei 7586/17, as multas serão de R\$ 100 a R\$ 300, por trabalhador prejudicado, para a empresa que omitir as informações sobre a conta

vinculada ou apresentar informações erradas ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

A multa será maior para a empresa que não depositar mensalmente o valor, que deixar de computar parcela componente da remuneração ou que deixar de efetuar o depósito após notificado pela fiscalização: de R\$ 500 a R\$ 1 mil por empregado. Além disso, os valores da multa serão depositados na conta vinculada do trabalhador prejudicado.

De acordo com o projeto, a multa que não for recolhida no prazo legal será atualizada monetariamente, até a data de seu efetivo pagamento, pela Taxa Referencial (TR), a mesma que atualiza a poupança.

Incentivo

O autor do projeto, ex-deputado Severino Ninho (PSB-PE), afirma que as multas atuais aplicadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho variam de R\$ 10,64 a R\$ 106,40 por empregado prejudicado, valor que considera muito baixo.

Além disso, ele ressalta que o ministério não tem fiscais em número suficiente para atuar em todo o País. "Isso incentiva o empregador a deixar de cumprir a sua obrigação, prejudicando enormemente o trabalhador", critica.

A situação ficou mais evidente, segundo ele, quando o governo autorizou o saque dos recursos das contas inativas do [FGTS](#), a partir de março deste ano. "Muitos trabalhadores constataram que as empresas não fizeram os devidos depósitos", diz Ninho.

Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, citados por Ninho, apontam que 198,8 mil empresas estão inscritas em dívida ativa por débitos no [FGTS](#). Cerca de 7 milhões de trabalhadores não tiveram o depósito do fundo feito corretamente.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Governo quer retomar imediatamente negociações para reforma da Previdência, diz Padilha

25/10/2017 – Fonte: Reuters

O governo planeja retomar ainda nesta semana as negociações sobre a reforma da Previdência, e tentar colocar o tema em pauta nas próximas semanas de forma a garantir votação na Câmara neste ano, afirmou na noite de terça-feira o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

"O governo quer ter essa condição (de votar esse ano). Claro que depende a partir de agora da disposição da mesa da Câmara, o presidente Rodrigo Maia vai conduzir esse processo", disse Padilha ao sair de um jantar na casa do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) com a presença do presidente Michel Temer.

Padilha admitiu, como já tinha feito o próprio presidente, que o governo pode não votar a reforma completa, como gostaria, mas defendeu a aprovação de uma reforma "possível".

"Tem que se fazer a ideal. Não se fazendo a ideal, tem que se fazer a possível. Nós vamos discutir com a Câmara. O Parlamento vai dizer qual é a possível. Nós temos um ponto de partida, que é o relatório do deputado Arthur Maia", afirmou o ministro.

O governo já admite votar apenas os pontos centrais da reforma: idade mínima, regra de transição e equiparação entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

Mesmo entre parlamentares governistas a votação da reforma este ano é vista como dúvida, especialmente pela indicação de que a base de apoio a Temer diminuiu consideravelmente após a apresentação de denúncias pela Procuradoria-Geral da República contra Temer.

Mesmo que consiga 270 votos na votação da segunda denúncia na Câmara nesta quarta-feira, como prevê o governo, este número fica muito abaixo dos 308 necessários para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição -- caso da reforma da Previdência.

Padilha, no entanto, afirma que a correlação entre os números não pode ser feita.

"Vamos ter deputados que votam agora com uma determinada característica e depois os que votam com outra característica. Devemos ter bancadas divididas agora e que nas reformas votarão na plenitude ou semiplenitude com o governo", disse.

Previdência será votada na segunda quinzena de novembro, diz Meirelles

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A reforma da Previdência deverá ser votada na segunda quinzena de novembro, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, nesta terça (24), em evento da Câmara de Comércio França-Brasil, em São Paulo.

O ministro se colocou otimista em relação à aprovação, mas reconheceu que, caso não se concretize, medidas como a suspensão do abono salarial podem ser tomadas.

"Caso contrário, em alguns anos, o percentual ocupado pela Previdência tornaria o governo não administrável. Despesas deverão ser cortadas, e o problema do Brasil é que mais de 70% dos gastos são definidos pela Constituição, então teremos que enfrentar medidas constitucionais. O importante é que todos tenham a garantia de receber aposentadoria."

O relatório que conclui que não há deficit da Previdência, apresentado nesta segunda (23), não leva em conta todas as despesas do governo com os benefícios sociais, segundo ele.

"Depende de como fazer os cálculos, isso pode levar a conclusões equivocadas. Os cálculos [da CPI] não levam em conta todas as despesas", disse.

O relatório foi apresentado pela CPI da Previdência, relatada pelo senador Hélio José (Pros-DF). O estudo investigou as contas de seguro social do país. O texto declara que "tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente deficit da Previdência Social ou da Seguridade Social".

A conclusão contrariou a constatação do TCU (Tribunal de Contas da União), de que o deficit previdenciário somou R\$ 226,9 bilhões em 2016.

Em vários trechos do relatório, o senador argumenta que as projeções sobre o tema apresentadas pelo governo não estão de acordo com a realidade e que elas foram construídas para justificar uma reforma que ele classificou como "drástica".

REFIS

Meirelles também confirmou a previsão de que o presidente Temer sancione o Refis ainda nesta semana.

"Estamos encaminhando as recomendações sobre os vetos. Deveremos ter nos próximos dois dias uma definição sobre quais serão as matérias vetadas, quais têm problema constitucional e quais não são razoáveis", afirmou.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária também foi colocada como uma prioridade, "mas é demorada e complicada", afirmou o ministro.

"Existe uma reforma de simplificação do PIS/Confins, que está caminhando. Mas é uma discussão que envolve Estados, municípios, governo federal e parlamentares. Deverá ser a próxima reforma, após a Previdência", disse.

ELEIÇÕES

Sobre a possibilidade de se candidatar à Presidência, Meirelles afirmou que "está totalmente concentrado na agenda econômica", com foco nas reformas.

Sem reforma da Previdência, governo pode suspender abono salarial, diz Meirelles

25/10/2017 – Fonte: G1

Ministro da Fazenda reforçou, no entanto, que acredita que a reforma deve ser votada na segunda metade de novembro.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu nesta terça-feira (24) que a suspensão do abono salarial pode ser uma das alternativas para conter os gastos do governo caso a reforma da Previdência não passe no Congresso. Ele reforçou, porém, que acredita na aprovação da reforma.

"Olha, isso é uma discussão teórica, porque o que está na mesa é a reforma da Previdência. Agora, não há dúvida de que, se por ventura não fosse aprovada a reforma da Previdência, outras medidas teriam que ser tomadas", disse a jornalistas em São Paulo.

"É uma inevitabilidade que despesas deverão ser cortadas", emendou.

O abono salarial é um benefício pago pelo governo aos trabalhadores com carteira assinada que recebem até dois salários mínimos por mês. O valor pode chegar a um salário mínimo por ano. Ele é pago com recursos do PIS (da Caixa, para trabalhadores do setor privado) ou do Pasep (do Banco do Brasil, para funcionários públicos).

A declaração do ministro foi dada após evento com executivos promovido pela Câmara de Comércio França-Brasil.

A reforma da Previdência é uma das medidas de ajuste fiscal propostas pela equipe econômica do governo federal. O texto ainda precisa ser votado na Câmara e no Senado antes de entrar vigor.

Nova data

Meirelles disse acreditar que a reforma da Previdência deve ser votada na segunda quinzena de novembro. Segundo o ministro, já é consenso que as mudanças nas regras da aposentadoria precisam ser feitas e que, se elas não forem aprovadas neste ano, dificilmente serão em 2018 por conta das eleições.

Ele afirmou que, se a reforma não for aprovada neste ano, o próximo presidente já teria que começar o mandato em 2019 enfrentando o tema, o que favorece que a votação ocorra ainda em 2017.

"Acho que, em última análise, é interesse de todas as correntes políticas que têm expectativa de poder para 2019 que a reforma seja aprovada agora", disse durante o evento.

Nos meses anteriores, o ministro da Fazenda afirmou diversas vezes que o texto seria aprovado até outubro. Ele mudou o prazo após o presidente Michel Temer ser denunciado pela segunda vez pela Procuradoria Geral da República.

A Câmara deverá votar em plenário se Temer deve ou não ser investigado durante o seu mandato nesta quarta-feira (25).

Refis

O ministro disse também que acredita que o Refis será sancionado ainda nesta semana. O Refis é um programa que permite a pessoas e empresas a renegociação das dívidas tributárias com a União.

"Estamos encaminhando para o presidente as recomendações da Fazenda de possíveis vetos e felizmente ele deve estar tomando uma decisão esta semana."

Ele não adiantou quais matérias devem ser vetadas e ponderou que isso ainda está em discussão e deve ser definido nos próximos dois dias.

O texto original do Refis enviado pelo governo federal foi alterado no Congresso e concedeu mais benefícios às empresas devedoras, o que reduz a capacidade de arrecadação do programa e beneficia os maus pagadores.

Energia

Questionado, Meirelles disse que o aumento do preço da energia anunciado nesta terça-feira (24) deve ter algum impacto na inflação. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um aumento de 42,8% para a taxa cobrada na conta de luz quando ela está com bandeira vermelha.

"Certamente é um item que compõe o consumo e não há dúvida de que é relevante. Agora, o importante é que isso reflita a realidade.

O que nós não podemos é criar distorções insustentáveis na economia. O preço da energia tem que refletir o custo da energia. O que nós temos que fazer é trabalhar para baixar os custos", disse.

Uma medida provisória publicada pelo governo Dilma Rousseff em 2012 baixou artificialmente a conta de luz.

O texto permitia que empresas de geração e transmissão renovassem contratos de concessão sem licitação se elas se comprometessem a reduzir as tarifas. A perda de receitas pelas companhias, porém, gerou prejuízos para o setor elétrico.

Saída da recessão

Na apresentação, Meirelles voltou a afirmar que "o Brasil já saiu da pior recessão da sua história" e que o tamanho do Estado está diminuindo – e não apenas por meio das privatizações.

O ministro também disse que a reforma tributária é outra prioridade, mas que ela é "demorada e complicada" porque envolve governo federal, estados e municípios, além do Congresso.

"A ideia é que essa será a próxima reforma importante depois da Previdência", disse.

Funcionários de autopeças podem entrar em greve hoje

25/10/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC

Em assembleia realizada ontem pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em Diadema, alguns segmentos da categoria aprovaram a campanha salarial proposta pelos patrões. No entanto, uma das exceções foi o grupo 3, que contempla o segmento das autopeças.

“É o quarto ano em que eles insistem em não querer fechar o acordo. Já enviamos aviso de greve”, afirmou o secretário-geral da entidade, Aroaldo Oliveira da Silva. Ainda segundo o sindicato, neste caso, o acordo poderá ser firmado de forma individual na segunda-feira, às 10h, na sede do sindicato, no qual o representante da firma interessada deverá comparecer.

Além deste caso, o grupo 10 também não houve consenso. Segundo a entidade, a classe patronal está relutante em aceitar a cláusula de salvaguarda, que tem como objetivo garantir o compromisso de debater qualquer alteração trabalhista entre empresa e sindicato.

Em relação aos grupos de estamparia, fundição e 8 (condutores elétricos, trefilação e laminação de metais) a reposição de 1,73% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 12 meses terminados em setembro, data base da categoria, manutenção da convenção coletiva e cláusula da salvaguarda foram aceitas.

No caso do grupo 2 (máquinas e equipamentos elétricos e eletroeletrônicos), a campanha de 2016 já havia contemplado este ano.

Greves ainda afetam Mitsubishi e Chery

25/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Os funcionários da fábrica da HPE, em Catalão (GO), onde são montados veículos **Mitsubishi** e **Suzuki**, decidiram permanecer em **greve** após assembleia realizada na manhã da segunda-feira, 23.

De acordo o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (Simecat), os trabalhadores rejeitaram novas propostas feitas pela Mitsubishi, entre elas a do abono salarial, que teria subido de R\$ 1,6 mil para R\$ 1,8 mil. Os funcionários pedem R\$ 3,5 mil.

A próxima assembleia entre metalúrgicos e sindicato ocorre na manhã de terça-feira, 24, a partir de novas propostas discutidas com a montadora na Justiça do Trabalho na tarde da segunda-feira.

De acordo com o Simecat, 90% dos trabalhadores da HPE estão parados desde o dia 16. Além do abono, eles reivindicam Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 7 mil e reajuste salarial de 5%. A empresa oferece, respectivamente, R\$ 5,4 mil e 2%.

A Chery também permanece em greve. A paralisação ocorre há quase um mês e afeta toda a fábrica de Jacareí (SP). Os trabalhadores reivindicam reajuste de 9,2%, elaboração de um plano de cargos e salários e a manutenção de direitos trabalhistas.

Uma nova reunião de conciliação entre a Chery e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região está marcada para o dia 31 de outubro. Segundo a entidade que representa os trabalhadores, até a tarde da segunda-feira, 23, eles ainda estavam sem receber o adiantamento que deveria ser depositado no dia 13 deste mês.

Analistas da Receita Federal realizam paralisação de 24 horas

25/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

Com a alegação de que o acordo salarial da categoria não está sendo cumprido pelo governo, os analistas-tributários da Receita Federal irão cruzar os braços por 24 horas, hoje.

De acordo com o Sindireceita, durante a greve de um dia, não haverá atendimento aos contribuintes. Ou seja, não serão emitidas certidões negativas ou de regularidade, não haverá processo de restituição ou compensação, e nem regularização de débitos ou pendências.

Os servidores também não irão analisar processos de cobrança e não haverá orientações aos contribuintes. A categoria também irá paralisar por um dia o trabalho nas aduanas em portos, aeroportos e postos de fronteira.

Com reforma trabalhista, Petrobras não terá mais demissões voluntárias

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, Hugo Repsold, afirmou nesta quinta-feira (24) que, com o início da vigência da reforma trabalhista, a estatal não fará mais programas de demissão voluntária (PDV) e nem grandes concursos para contratar empregados.

Desde 2014, a companhia desligou cerca de 16 mil empregados em programas de demissão voluntária. Os processos tiveram o objetivo de adequar a força de trabalho da companhia aos novos planos de negócios após o estouro da Operação Lava Jato, que cortaram investimentos e trouxeram listas de ativos para vender.

"A reforma abre a possibilidade de negociação direta", afirmou Repsold. Assim, a empresa poderá cortar quadros sem lançar mão de pacotes de benefícios para atrair interessados. Sobre os concursos, ele disse que a ideia é passar a contratar pequenos grupos quando houver necessidade de preencher vagas.

Repsold informou que sua área está elaborando um novo programa para organizar as contratações, chamado de Plano da Força de Trabalho (Plafor). O objetivo é fazer projeções sobre a demanda de contratações ou demissões sempre que houver revisão do plano de investimentos da companhia.

Até agora, disse ele, as contratações eram feitas de acordo com necessidade de cada novo empreendimento.

Justiça determina divulgação da 'lista suja' do trabalho escravo

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Bolivianas trabalham em condições degradantes durante fiscalização do Ministério Público em Campinas em 2013

A Justiça do Trabalho determinou que a União e o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB), divulguem a chamada "lista suja" dos empregadores que sujeitaram trabalhadores à condição análoga à da escravidão, sob pena de serem multados em caso de descumprimento.

A sentença do juiz trabalhista Rubens Curado Silveira, de Brasília, tem abrangência nacional e atendeu a pedido apresentado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que questionava o fato de tanto a lista quanto a atualização dela não estar sendo feita.

A divulgação da sentença ocorre no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar em que determinou a suspensão de uma nova portaria que alterou as regras para a fiscalização do trabalho escravo e que também modificou as regras para a divulgação da "lista suja".

Na decisão, Silveira afirmou que o ministro do Trabalho tem o dever e a responsabilidade pela publicação da lista, que não pode ser tratada como sua "propriedade".

"Vale dizer: o Cadastro de Empregadores não tem dono", disse. "E se o tem, é a sociedade brasileira, sua destinatária última, que tem o direito, fundado nos princípios constitucionais da publicidade e da transparência, de conhecer as informações nele constantes", completou.

"Nesse passo, a publicação do Cadastro de Empregadores se afigura como elemento essencial também para as empresas que guiam a sua atuação no mercado pelo comportamento ético e socialmente responsável, na medida em que tende a isolar comercialmente aquelas outras que, em caminho oposto, ainda seguem na contramão do trabalho decente", destacou.

Silveira determinou a publicação da lista e decidiu dar oportunidade, em caráter excepcional, a celebração de acordo judicial ou termo de ajustamento de conduta daqueles nela incluídos. Ele decidiu que, em caso de descumprimento, a multa diária será de R\$ 10 mil.

Após suspensão, ministério diz que vai 'aprimorar' texto do trabalho escravo

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Ministério do Trabalho oficializou nesta terça-feira (24) a decisão de modificar portaria editada na semana passada que dificulta o acesso à chamada "lista suja" de empregadores flagrados por trabalho escravo no país.

A pasta divulgou nota após a ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), conceder uma liminar (decisão provisória) para suspender os efeitos da portaria. Segundo ela, o texto "tem como provável efeito prático a ampliação do lapso temporal durante o qual ainda persistirá aberta no Brasil a chaga do trabalho escravo".

A nota divulgada nesta terça-feira pelo Ministério do Trabalho diz que o ministro Ronaldo Nogueira já havia decidido aceitar as sugestões da Procuradoria-Geral da República e "aprimorar" o texto para "aliar segurança jurídica ao primado da dignidade da pessoa humana".

"Reitera-se o total compromisso do Ministério do Trabalho no firme propósito de continuar aprimorando ações de combate ao trabalho escravo no país a fim de livrar trabalhadores dessa condição que avilta a dignidade humana, o que apenas será alcançado quando se garantir a plena segurança jurídica na divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo", diz a nota.

Apesar da polêmica gerada após a publicação da portaria, o Ministério do Trabalho não havia comentado as críticas até a decisão da ministra do Supremo. O último posicionamento da pasta havia sido divulgado na data de divulgação da portaria, na semana passada.

O Ministério do Trabalho esclareceu, ainda, que a minuta do texto que originou a portaria teve a legalidade reconhecida por um advogado público e que eventuais medidas jurídicas do caso serão tratadas pela AGU (Advocacia-Geral da União).

"Embora se trate de uma decisão monocrática de caráter precário, concedida liminarmente sem ouvir a parte contrária por Sua Excelência a ministra Rosa Weber, o Ministério do Trabalho desde já deixa claro que cumprirá integralmente o teor da decisão."

A decisão da ministra Rosa Weber vale até que o caso seja julgado no plenário do STF, composto pelos 11 ministros. Não há prazo para isso. Caberá à presidente do tribunal, Cármen Lúcia, marcar a data do julgamento.

A ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou nota para manifestar preocupação com a portaria, na qual afirmou que a medida "tende a dificultar as ações de combate" ao crime.

"Nas últimas décadas, o Brasil construiu essa legislação e executou políticas públicas de combate ao trabalho escravo que se tornaram referência mundial, mas que agora estão sujeitas a alterações pela nova portaria."

Estudo apresentado à CAE defende redistribuição da carga tributária entre setores

25/10/2017 – Fonte: Senado Notícias

O país precisa começar a pensar em nova distribuição do ônus de financiar o Estado entre os diversos setores da economia. É o que aponta relatório de grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para avaliar a funcionalidade do sistema tributário nacional, que foi apresentado ao colegiado nesta terça-feira (24).

O documento ressalta que o Brasil é cada vez mais uma economia de serviços, em grande medida apoiada em novas tecnologias e na internet, com atividades ainda não devidamente tributadas.

Coordenador do grupo, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) resumiu os pontos principais do estudo, com diagnóstico dos problemas que tornam o sistema ineficaz e injusto.

No relatório, o sistema é descrito como "complexo, regressivo e anticompetitivo", além de inibidor do emprego e promotor de desequilíbrios regionais. Sobretudo, segundo a avaliação, o modelo se mostra obsoleto diante da nova economia.

- É preciso considerar que quem cresce nessa nova economia, não só no país, mas em todo o mundo, pouco ou nada paga em impostos. Isso porque a base da economia dos novos tempos em nada se aproxima da circulação física de mercadorias, estando, portanto, fora do alcance da carga tributária mais elevada – destacou Ferraço.

No caso do Brasil, ele assinalou que o sistema foi fundado dentro de um contexto em que a indústria de transformação correspondia a cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) nacional.

Hoje, no entanto, esse segmento corresponde a menos e 12% do PIB. Esse seria um entre outros dados que servem para evidenciar a necessidade de mudanças, não somente no país, diante de sistemas tributários que estão ficando arcaicos.

- Se não há certezas quanto ao futuro da economia e da tributação, a única certeza que se tem é que nada ficará como hoje. Há quem diga que a capacidade de os governos se adaptarem será determinante para sua sobrevivência. Resta, pois, às autoridades brasileiras decidirem se, em relação ao nosso sistema tributário, iremos escrever a epígrafe ou o epitáfio - comentou.

"Teia" de isenções

O objetivo do trabalho, como se esclareceu, não foi apresentar uma proposta de reforma tributária, mas sim avaliar as "disfuncionalidades" do sistema, que deve ser alvo de análise periódica no Senado, por força de dispositivo constitucional.

A expectativa é de que o resultado possa subsidiar futura reforma, a partir de esforços da sociedade e do Congresso. A agenda deve incluir necessariamente a redistribuição do peso do financiamento do estado, assim como a "teia" de isenções do regime fiscal tributário brasileiro, defende o grupo de trabalho

De todo modo, houve alerta no sentido de que o país precisa ser "rápido e moderno" para enfrentar as novas decisões. Para isso, o relatório sugere a retirada do sistema tributário do texto constitucional. Como ressaltou Ferraço, passar a matéria para a legislação infraconstitucional "pode ser uma boa estratégia".

Carga x IDH

O relatório, que teve sua votação adiada, para dar mais tempo aos debates, mostra que a carga tributária brasileira, equivalente a 33,3% do PIB em 2014, está um pouco abaixo da média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas bastante acima da média de outras economias emergentes.

O ponto é que essa carga seria muito elevada em relação ao desenvolvimento humano do país, quando se considera o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de nações com o mesmo grau de tributação, como a Espanha (33,2%) e o Reino Unido (32,6%).

Em termos de composição, de acordo com o estudo, o sistema é caracterizado como "dual", como se fosse dois sistemas distintos. Como exemplo, há o registro de que a Constituição de 88 pretendeu aprimorar a cobrança de impostos, mas cerca de 45% da arrecadação atual vem de contribuições, que estão fora do capítulo tributário da carta.

O dualismo se verifica quando se olha para as empresas, em que um pequeno grupo (cerca de 3% do total) apura impostos com base no lucro real, respondendo por mais 80% da arrecadação, enquanto as demais se enquadram em outros regimes tributários.

Outro ponto é que, apesar da variedade de tributos que compõem o sistema, a arrecadação está concentrada sobretudo na tributação de bens e serviços, sujeitando-se mais facilmente às oscilações da economia.

“Compliance” e litígios

Um dos problemas associados à complexidade do sistema seria o elevado custo de *compliance*, aqueles assumidos pelas empresas para o devido cumprimento das normas e regulamentos tributários. Além do mais, essa complexidade também contribui para o excesso de litígios e ações judiciais, fonte de insegurança jurídica e desestímulo aos investimentos.

Ao focar a regressividade, o estudo mostra que, quanto maior a renda do contribuinte, menor é carga de tributos indiretos, problema reforçado pela pesada tributação do consumo de bens e serviços. Como resultado, os mais pobres pagam duas vezes mais do que contribuem para a renda, enquanto os mais ricos pagam menos do que contribuem. Ao mesmo tempo, a tributação do Imposto de Renda, mesmo sendo progressiva, revela-se menos progressiva em comparação com outros países.

- Essa discussão é importante, por exemplo, quando se consideram propostas de aumento de tributação sobre dividendos, que merecem ser avaliadas, mas é preciso, ao mesmo tempo, alertar para que qualquer mudança que tenha como foco um tipo de tributo isoladamente, sem levar em conta o conjunto do sistema, pode na realidade vir a produzir novas e elevadas distorções e não alcançar o efeito distributivo pretendido – destacou Ferrazo.

A cumulatividade, ainda segundo o relatório, penaliza em maior grau a indústria, devido à cadeia de produção mais extensa. Na prática, são maiores os impostos indiretos e o custo financeiro de carregar créditos tributários que não são devolvidos.

Também é destacada a incidência diferenciada da tributação sobre as empresas de diferentes setores. Na média, essa carga seria de 15% sobre as receitas, mas o percentual médio seria de 27% nas companhias de serviços públicos, como as fornecedoras de água, eletricidade e saneamento. No extremo oposto estaria o setor agropecuário, com alíquota de 3,4%.

- Como resultado, apesar de responder por cerca de um quinto do PIB nos últimos dois anos, a indústria contribuiu com mais um terço da arrecadação federal, enquanto o setor de serviços paga proporcionalmente menos – acentuou Ferrazo.

Desequilíbrio federativo

O resumo apresentado pelo coordenador deu também destaque à questão federativa associada ao sistema tributário. Antes da reforma que gerou o modelo atual, os estados respondiam por 30% da receita disponível. Hoje, eles respondem por apenas 25%. Os municípios, antes detentores de menos de 30% das receitas, agora controlam 80% do bolo total. Isso explicaria a natureza estrutural da crise fiscal, no momento em que a crise também afeta as transferências federais.

Também foi citada a “guerra fiscal” do ICMS como fator de distorção na alocação geográfica de recursos nas unidades federativas. Na raiz da questão, como explicado, está a cobrança do tributo na origem do produto, e não no destino. O resultado é que as empresas promovem um “leilão” entre os estados, buscando reduzir seus custos tributários. Com isso, observou Ferrazo, há uma “piora agregada de todos os fiscos estaduais”.

Foi ainda abordada a questão das transferências que a União, por força de dispositivo constitucional, deve realizar em favor dos estados (e estes para os municípios) a título da chamada compensação da Lei Kandir (isenções dos produtos e serviços destinados às exportações).

Mesmo com o advento de emenda constitucional sobre o tema, os coeficientes de repasses ainda hoje não foi regulamentada por lei complementar, de modo que as transferências, como dito, continuam sendo feitas “de maneira torta por meio de medidas provisórias”.

Queda de arrecadação

Mesmo com todos os seus defeitos, o sistema tributário brasileiro tinha a "virtude de arrecada bem", como ressaltado na apresentação. Mas a tendência expansionista se reverteu a partir da crise última crise mundial, havendo o registro de queda de dois pontos percentuais na arrecadação na proporção do PIB, de 2008 a 2016, quando as receitas voltaram ao mesmo patamar de 2002. Segundos os dados, essa queda está concentrada em três grupos: tributação do lucro, dos royalties e participações governamentais e de todos os tributos indiretos.

Por setor e tributo, os dados mostram queda de 4% na arrecadação federal (sem receitas previdenciárias) entre 2011 e 2016. Por setor, a exceção está nas receitas de "outros serviços", com crescimento de 4%. O estudo dimensiona o impacto das renúncias fiscais nesse processo: em 2006, as concessões corresponderam a R\$ 77,7 bilhões (3,2% do PIB); agora em 2017, o volume equivale a R\$ 285 (4,4% do PIB). No mesmo período, a perda estimada da receita previdenciária do Regime Geral da Previdência Social avançou de R\$ 12,3 bilhões para R\$ 62,5 bilhões em 2017. Para o próximo ano, projeta-se queda de R\$ 50,6 bilhões.

Cinco das modalidades de isenções representam 60% do total, à frente as renúncias referentes ao Simples Nacional, da ordem de R\$ 83 bilhões para 2017, seguidas pelas isenções em favor da Zona Franca de Manaus (R\$ 25,6 bilhões). Outras se destinam a estimular políticas setoriais específicas, no total de 24 modalidades (automóveis, caminhões, partes peças, por exemplo), devendo alcançar volume de renúncias de cerca de R\$ 32 bilhões esse ano.

Artigo: Até agora, só conhecemos ridículas bravatas dos presidenciais

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Chama-se "desenvolvimento econômico" o aumento continuado de quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade numa unidade convencional de tempo.

Imagine uma tribo nômade de colhedores de alimentos, num espaço físico limitado que define como seu. O que é, para ela, o "desenvolvimento econômico"? É a quantidade de frutos que pode "colher" na produção natural espontânea no seu território de acordo com a variação climática (que impõe o nomadismo). Ela só pode crescer por dois caminhos: 1º) aumentando a "eficiência" da colheita ou 2º) descobrindo novas fontes comestíveis.

Um exemplo do aumento da "eficiência" é poder colher os frutos que não estão ao alcance da mão, "inventando" uma escada, por exemplo. Isso exige a "imaginação" de alguém do grupo e a aceitação que alguns membros da tribo se dediquem à sua construção em lugar de colher frutos. Quando estiver pronto, o que será a "escada" para o grupo? Um "bem de produção", isso é, trabalho "morto" cristalizado num objeto que, quando usado pelo trabalho "vivo", aumenta-lhe a produtividade.

O "aumento da quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade" (o desenvolvimento) é apenas o resultado físico do aumento permanente da produtividade do trabalho. Isso dará origem, com o passar do tempo, a uma divisão da sociedade: colhedores (consumo) e produtores de escada (investimento), com formidáveis consequências sociais e econômicas.

Pois bem. Pelo menos 15 mil anos nos separam dessa sociedade imaginada, mas a dinâmica do desenvolvimento é essencialmente a mesma. Ele é o apelido do "aumento da produtividade do trabalho" e continua a depender da quantidade e qualidade dos "bens de produção" alocados a cada trabalhador com capacidade para operá-lo.

Na linguagem moderna, "a quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade" é o Produto Interno Bruto (PIB), dividido entre bens de consumo e bens de investimento.

Se a produtividade de cada trabalhador depende da quantidade e qualidade do "estoque de capital que lhe é alocado", o crescimento econômico exige que ele cresça (pelo investimento) mais do que a mão de obra empregada, ou seja, deve haver uma harmonia entre o consumo e o investimento. Esse é o problema não trivial a ser resolvido — dentro de qualquer estrutura produtiva— por quem detém o poder político na sociedade.

O que se espera, portanto, são as soluções concretas para nos tirar das trevas dos aspirantes à Presidência em 2018. Até agora, infelizmente, só conhecemos ridículas bravatas e decepcionantes conversas "para boi dormir" de cada um dos pretendentes. Precisamos de alguma luz no horizonte.

(Antonio Delfim Netto - Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Com nova regra, tarifa de energia deverá subir 3,3% em novembro

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Danilo Verpa - 11.nov.2009/Folhapress



Aneel revê regra tarifária

O aumento nos valores das bandeiras tarifárias anunciado nesta terça-feira (24) pela Aneel (agência reguladora do setor elétrico) terá um impacto pequeno para o consumidor final. Na média, o aumento na conta de luz do brasileiro será de 3,3% em novembro, segundo a consultoria TR Soluções.

O cálculo foi feito com base na tarifa média do país, pois o valor varia em cada Estado e em relação ao nível de tensão de cada consumidor. Em São Paulo, por exemplo, onde a tarifa é mais baixa, o impacto será de 3,6%.

A Aneel alterou os valores cobrados por bandeira: a amarela ficou 50% mais barata e a vermelha 2 –que está em vigor neste momento– aumentou 43%. A vermelha no patamar 1 fica igual (R\$ 3).

Na prática, a conta de luz vai sofrer um adicional de R\$ 1,5 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

O aumento vai reunir um volume maior de recursos para aliviar o caixa das distribuidoras, que estão pagando mais caro pela energia por causa da crise hídrica.

A função das bandeiras é compensar gastos adicionais nos momentos de crise de geração de energia: como o reajuste da conta de luz ocorre uma vez por ano, as bandeiras são uma forma de as empresas terem renda extra antecipadamente.

Outro papel da tarifa extra seria sinalizar ao consumidor que é preciso diminuir o consumo –na prática, porém, isso não ocorre, afirma Edvaldo Santana, presidente da Abrace (associação das grandes consumidoras de energia).

As bandeiras são acionadas principalmente quando falta água nos reservatórios das usinas, há redução na geração hídrica e as distribuidoras precisam contratar energia mais cara para compensar.

O valor anterior da bandeira, porém, se mostrou insuficiente para para cobrir os gastos extras das companhias, que previam um rombo de R\$ 6 bilhões até o fim de 2017.

Com a mudança, a previsão caiu para R\$ 5 bilhões –ou seja, melhorou, mas continua grave, diz o presidente da Abradee (associação das distribuidoras), Nelson Leite.

"Se tivéssemos aplicado [as mudanças] desde o começo do ano, o saldo hoje seria positivo, mas esses valores significariam uma mudança muito agressiva. A ideia é diminuir o problema, mas não vai dar para resolver a liquidez das distribuidoras só com base nesse mecanismo", afirmou Tiago Correia, diretor da Aneel e relator da proposta.

DISTRIBUIDORAS

Como o aumento na conta não será suficiente, as empresas pedem medidas adicionais para aliviar o caixa.

Uma das possibilidades seria uma revisão tarifária extraordinária. Na prática, seria elevar as tarifas para compensar o risco hidrológico, que é o fator de maior peso no reajuste atualmente.

A medida ainda será avaliada pela Aneel, afirma Leite.

Outras ações são pedidas pelas distribuidoras, como aumentar o prazo de pagamento da energia comprada no mercado de curto prazo –que tem alto custo e é usada para compensar a baixa geração hidrelétrica.

Outro pleito é usar os recursos do Coner, que é uma espécie de fundo abastecido por recursos de geradoras de energia contratadas em leilões de reserva. A estimativa do setor é que esse fundo tenha cerca de R\$ 1 bilhão, que poderia ser rateado entre as distribuidoras, diz Leite.

O governo considera tomar medidas de socorro às distribuidoras, contanto que estas não afetem o orçamento, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, nesta terça, sem dar mais detalhes.

Um dos fatores de preocupação é que há pouco espaço para as distribuidoras contraírem novos financiamentos, devido ao alto nível de endividamento. Elas ainda não terminaram de pagar empréstimos feitos em 2014, quando outra crise gerou um rombo de cerca de R\$ 23 bilhões.

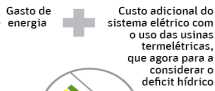
Editoria de
Arte/Folhapress

ENERGIA MAIS CARA

Novo cálculo deverá corrigir distorções



O que é a **bandeira tarifária**?
Repassa à conta de luz, mensalmente, o custo adicional com o uso das termelétricas. Começou a valer em 2015



Como funciona?
Todas as distribuidoras de energia incluem na conta de luz o desenho de uma **bandeirinha**: verde, amarela, vermelha 1 (rosa) ou vermelha 2

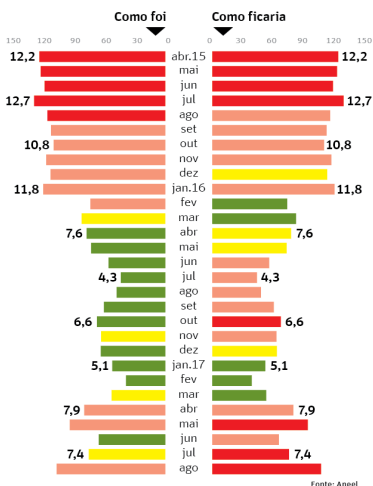
COMO FICA A VARIAÇÃO DE PREÇOS APÓS A MUDANÇA

Valor da tarifa, em R\$

Como era	Como ficou
Verde Sem cobrança extra R\$ 2 a cada 100 kWh	Verde Sem cobrança extra R\$ 1 a cada 100 kWh <i>Diminui</i>
Amarela R\$ 2 a cada 100 kWh	Amarela R\$ 3 a cada 100 kWh <i>Não muda</i>
Vermelha 1 R\$ 3 a cada 100 kWh	Vermelha 1 R\$ 3 a cada 100 kWh <i>Não muda</i>
Vermelha 2 R\$ 3,5 a cada 100 kWh	Vermelha 2 R\$ 5 a cada 100 kWh <i>Aumenta</i>

COMO SERIAM AS BANDEIRAS COM A NOVA METODOLOGIA

Geração térmica do SIN (Sistema Interligado Nacional), em TWh



Fonte: Aneel

Aneel muda bandeiras tarifárias e conta de luz deve ficar mais cara em novembro

25/10/2017 – Fonte: Reuters

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira importantes mudanças nas bandeiras tarifárias, que elevam custos quando a oferta de eletricidade é menor, e os consumidores deverão sentir impactos já em novembro, com uma elevação nas contas de luz.

Adotado desde 2015, o regime de bandeiras tarifárias gera cobranças adicionais para o consumidor quando elas saem do patamar verde para o amarelo ou para o vermelho, dividido em dois níveis.

Além de terem um caráter didático, ao incentivar a redução do consumo devido ao maior custo, as bandeiras geram uma arrecadação que é utilizada pelas distribuidoras para custear a compra de energia de termelétricas, mais cara que a das usinas hídricas.

Atualmente, as contas de luz estão com bandeira vermelha nível 2, o que gera um custo extra de 3,50 reais a cada 100 kilowatts-hora consumidos, mas a partir de novembro esse custo subirá mais de 40 por cento, para 5 reais.

O custo maior deve-se a um cenário de baixo nível nos reservatórios de hidrelétricas e intenso acionamento de térmicas que levou a agência entender que os atuais níveis das bandeiras não dão o melhor sinal para os consumidores em termos de incentivo à economia e nem arrecadavam o suficiente para custear as térmicas.

A bandeira vermelha 1 seguirá sem mudanças, com um adicional de 3 reais a cada 100 kwh, enquanto o patamar amarelo terá a cobrança extra reduzida para 1 real a cada 100 kwh, frente a 2 reais anteriormente.

A Aneel vai abrir uma audiência pública para discutir as mudanças, mas elas já valerão a partir de novembro, em caráter excepcional.

Além dos novos valores para o custo adicional gerado por cada patamar do mecanismo, a agência também alterou as regras que ditam qual bandeira será adotada em cada mês.

Hoje, a definição é feita com base na previsão de qual será custo da termelétrica mais cara acionada para atender à demanda.

Com as novas regras, será avaliado também o nível de produção das hidrelétricas -- com mais chances de acionamento das bandeiras se houver o chamado déficit hídrico (conhecido pelo jargão "GSF), quando as usinas hídricas geram abaixo de suas garantias, que é o montante de energia que elas podem vender no mercado.

HIDROLOGIA PREOCUPA

O diretor responsável pelo processo sobre as bandeiras na Aneel, Tiago de Barros, disse que, com as novas regras, novembro deverá ter bandeira vermelha 2 nas contas de luz.

Ele afirmou que, sem as mudanças, haveria risco de a bandeira não ficar no patamar mais elevado, o que não refletiria as reais condições do sistema elétrico, que vem sofrendo com a falta de chuvas na região das hidrelétricas.

A consultoria Thymos Energia estimou nesta semana que as hidrelétricas do Brasil deverão chegar em novembro ao menor nível de armazenamento para o mês desde 2001, quando o país passou por um racionamento, com apenas 16 por cento do volume nos lagos das usinas.

Na semana passada, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), formado por autoridades do governo, disse que não há perspectivas de risco de racionamento, mas apontou que os custos da energia devem continuar elevados devido à situação hídrica.

Além da mudança nas bandeiras, a Aneel já aprovou uma determinação para que as distribuidoras de energia promovam campanhas em novembro para incentivar seus clientes a economizar eletricidade.

Taxa básica de juros caminha para nível mais baixo em 60 anos

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os juros básicos da economia brasileira caminham para o nível mais baixo em 60 anos, se projeções feitas por economistas e investidores se confirmarem. O levantamento histórico é do Santander.

Embora nem sempre caminhem juntas, as previsões de economistas e investidores indicam que a Selic deve voltar a cair nesta quarta (24), passando de 8,25% para 7,5%.

Os dois grupos apostam em outro corte de 0,5 ponto em dezembro, levando os juros para 7% no fim do ano.

Além disso, parte dos especialistas diz que inflação sob controle e níveis ainda altos de ociosidade nas empresas respaldariam juros abaixo de 7% no começo de 2018.

"A última vez que tivemos juros nominais abaixo de 8% por período razoavelmente longo foi no início da década de 50, durante o segundo governo de Getúlio Vargas", diz Mauricio Molan, economista-chefe do Santander.

O consenso entre economistas e investidores finda aí.

Em relatório, Molan diz que, com um cenário de inflação contida e baixa vulnerabilidade externa, o juro deve recuar para 6,75% em fevereiro de 2018 (menor patamar em 60 anos) e continuar nesse nível até meados de 2019.

Já investidores veem uma taxa Selic de 8,25% já no fim do ano que vem, o que corresponde a uma alta de de 1,5 ponto sobre o juro de 6,75%.

A divergência entre os que ganham para fazer projeções e aqueles que arriscam dinheiro com base nelas pode ser observada na curva futura de juros, que considera as taxas negociadas em títulos para um período mais longo.

Fernando Rocha, da gestora de recursos JGP, diz que quem se dispõe a investir dinheiro num futuro não tão próximo exige um prêmio se enxerga riscos. "E hoje esse risco parece ser alto", diz.

Segundo ele, as incertezas embutem a possibilidade de um dólar mais caro, preços de alimentos mais altos e inflação maior em meio a uma economia mais fortalecida.

Parte dos economistas, diz, porém, que a curva de juros embute não uma reação econômica mais rápida e, em razão disso, maior inflação, mas temores em relação às reformas fiscais e à eleição de 2018.

Assim, ao mesmo tempo que mantém previsões de juros menores e estáveis em 2018, concorda que sinais emitidos por investidores não devem ser subestimados.

Para Helena Veronese, da gestora Azimut Brasil, não há o que justifique alta de juros em 2018, em meio à reação lenta do emprego e recuperação gradual do consumo. Mas riscos atrelados às eleições não devem ser desprezados.

Rodrigo Melo, da gestora Icatu Vanguarda, cita outra preocupação: de que a inflação no mundo desenvolvido se normalize mais rápido do que o esperado, com queda do real e pressão nos preços.

Marco Caruso, do Pine, vê um cenário benigno para preços, com inflação em 4% em 2018 e diz que o investidor respeita esse cenário-base. "A diferença é que ele cobra um prêmio por apostar num futuro não tão próximo."

Artigo: Bancos centrais sozinhos são incapazes de produzir sistema financeiro estável

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

"As perspectivas econômicas favoráveis, especialmente o ímpeto forte na zona do euro e nos mercados emergentes liderados pela Índia e China, continuam a servir como uma base forte para a estabilidade financeira mundial".

Foi com essa declaração que o Fundo Monetário Internacional (FMI) abriu seu "Relatório Sobre a Estabilidade Financeira Mundial" em abril de 2007. A visão benigna foi publicada às vésperas da crise financeira de 2009, a mais devastadora em quase oito décadas. Por isso, a visão relatório é classificada, vista em retrospecto, como um erro de julgamento espetacular.

O FMI está determinado a não cometer novamente um erro dessa ordem. Resta saber se as preocupações expressas no relatório mais recente sobre a estabilidade financeira mundial são bem fundadas ou se a instituição está sendo alarmista. É igualmente importante avaliar quais seriam implicações das preocupações expressas no relatório, especialmente para as políticas públicas.

O argumento que embasa o relatório é o de que "os riscos de curto prazo para a estabilidade financeira continuam a cair" mas "as vulnerabilidades de médio prazo estão em ascensão".

O retorno do crescimento econômico mundial, combinado com condições monetárias e financeiras confortáveis e inflação lenta, reforça a busca por rendimento e o apetite por risco por parte dos investidores. Com os prêmios de risco de mercado e de crédito em seus níveis mais baixos em dez anos, as avaliações dos ativos estão sujeitas a uma "descompressão" dos prêmios por risco –em termos mais claros, um crash.

Como aponta o relatório, choques de crédito e no mercado financeiro em escala completamente plausível ante os marcos históricos poderiam ter grande impacto negativo sobre a economia mundial. "Uma súbita expansão dos prêmios por risco comprimidos, quedas nos preços dos ativos e altas na volatilidade poderiam levar a uma desaceleração financeira mundial", afirma o relatório. Muita gente acredita que a margem de manobra da política monetária seja limitada. O resultado poderia ser uma recessão mundial menos profunda que, mas tão intratável quanto, a de 2009.

Um dos elementos desses riscos é a compressão de rendimentos. Os rendimentos dos instrumentos de renda fixa classificados em grau de investimento despencaram de 2007 para cá, e quase nenhum deles rende mais de 4% ao ano. Isso também encorajou maiores influxos de capital para os, e assim maior captação pelos, países emergentes. Os influxos de capital de investimento não residente atingiram US\$ 205 bilhões de janeiro a agosto de 2017, e devem chegar a US\$ 300 bilhões no ano, mais de duas vezes o total de 2015-2016.

Além disso, argumenta o FMI, os baixos rendimentos, a compressão dos spreads de risco e o financiamento abundante estão encorajando um acúmulo de dívidas nos balanços das empresas. Reversões nesses spreads poderiam causar abalos: para que eles retornassem à média que tinham entre 2000 e 2004, os prêmios por risco e de liquidez teriam de subir em 2%, para papéis com grau de investimento. A volatilidade do mercado também mostra alta compressão.

Talvez mais importante, o endividamento continua a subir no mundo inteiro, especialmente na China. Nos países de alta renda, a posição líquida de ativos do setor privado melhorou um pouco desde a crise, mas a dos governos piorou. Além disso, os ativos no momento estão sendo avaliados em nível alto, possivelmente insustentável.

A amortização de dívidas não é um grande peso, com taxas de juros como as atuais.

Mas isso poderia mudar em caso de alta acentuada de juros. Além disso, em diversas economias o peso da amortização de dívidas no setor privado não financeiro é superior à média histórica, especialmente na China mas também na Austrália e Canadá.

Esse tipo de análise expõe motivos de preocupação. Isso ajuda; quanto mais as pessoas se preocuparem, mais seguro estará o sistema. Mas também é essencial

determinar as implicações da fragilidade que o FMI descreve com tamanha clareza. Eu identificaria quatro.

Primeiro, os investidores precisam ser muito cautelosos.

Segundo, o sistema financeiro precisa ter a capacidade de encarar mudanças nos preços dos ativos sem explodir a economia mundial. Essa afirmação deveria ser desnecessária. Parte essencial de chegar a isso é reduzir o endividamento e reforçar de outras maneiras os intermediários financeiros, especialmente os bancos. Isso de fato vem acontecendo, mas em minha opinião em grau claramente insuficiente.

Terceiro, a geração de demanda suficiente para absorver a oferta potencial se tornou dependente demais de um crescimento insustentável no crédito e dívida, e também do consumo (nos países de alta renda) e de investimentos perdulários (na China).

Podemos romper essa conexão de diversas maneiras. Uma delas é redistribuir renda, por meio do sistema tributário, dos poupadores para os consumidores. Outra é reforçar os incentivos ao investimento, especialmente por empresas lucrativas. Outra ainda é remover o tratamento preferencial que dívidas recebem no sistema tributário e depender mais de financiamento via mercado de capitais, em toda a economia. Uma última ideia seria depender mais de gastos e captação governamentais, especialmente investimento em obras públicas.

Por fim, não deveríamos concluir que os bancos centrais podem abandonar a prioridade de estabilizar a economia em favor da meta, potencialmente conflitante, de estabilizar o sistema financeiro.

Um motivo é que a política monetária é um instrumento bruto demais para essa segunda finalidade. Objeção mais fundamental é que não podemos dizer ao povo que é preciso viver em uma economia deflacionária porque essa é a única maneira de impedir que o sistema financeiro exploda. A resposta do povo seria, corretamente, que essa prioridade está errada.

Da mesma forma, garantir que os credores obtenham os retornos que acreditam merecer não é função dos bancos centrais. Se os governos acreditam que os credores merecem o que desejam, deveriam mudar os impostos para que isso se torne possível. De novo, se as autoridades acreditam que o setor financeiro continua excessivamente instável, deveriam regulamentá-lo.

Criticar o sucesso obtido pelos bancos centrais em reflacionar nossas economias depois dos graves danos causados pela crise, porque isso criou os atuais riscos financeiros, não é uma reação válida às ações deles. Mas é, de fato, uma crítica extremamente válida ao setor financeiro. E também uma crítica válida ao insucesso dos governos em corrigir as muitas fragilidades que ainda resultam em excessos financeiros. Os bancos centrais fizeram o trabalho deles. Infelizmente, quase ninguém mais o seu.

(Martin Wolf - É comentarista chefe de Economia no jornal britânico 'Financial Times').

Bovespa sobe e recupera os 76 mil pontos, amparado em ganhos da Vale

25/10/2017 – Fonte: Reuters

O principal índice da bolsa paulista subiu nesta terça-feira, recuperando o patamar dos 76 mil pontos perdido na véspera, com o movimento de recuperação amparado nos ganhos da Vale, que avançou diante de expectativa positiva pelo resultado trimestral da mineradora.

O Ibovespa fechou em alta de 1,24 por cento, a 76.350 pontos. O giro financeiro somou 8,57 bilhões de reais.

Apesar do tom positivo do pregão, investidores ainda adotam alguma cautela diante da expectativa pela apreciação no plenário da Câmara dos Deputados da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, esperada para quarta-feira.

De maneira geral, espera-se que a denúncia seja recusada, mas as atenções se voltam ao placar da votação, para avaliar a força política que o governo deve ter para avançar sua agenda de reformas, principalmente a da Previdência.

“Precisa ter algum avanço. Pode ser uma reforma magra, mas se for na direção correta não é um problema o restante ficar para o próximo governo”, disse o economista-chefe da Modalmais, Alvaro Bandeira, acrescentando que um governo com mais apoio popular tende a ter mais apoio do Congresso, o que abriria espaço para que o próximo presidente dê continuidade às reformas.

DESTAQUES

- VALE ON avançou 3,42 por cento, na contramão dos contratos futuros do minério de ferro na China, que recuaram 0,3 por cento nesta terça-feira. Segundo operadores, os papéis subiram amparados no otimismo pelo resultado da empresa, que será divulgado na quinta-feira.

- USIMINAS PNA avançou 3,83 por cento, GERDAU PN teve alta de 3,35 por cento e CSN subiu 1,83 por cento, em sessão de alta para os contratos futuros de aço na China, apesar da queda do minério.

- SMILES ON avançou 2,21 por cento, após o Bradesco BBI revisar suas projeções para empresas administradoras de programas de fidelidade, com recomendação “outperform” para a Smiles, e preço-alvo de 110 reais.

- FIBRIA ON (FIBR3.SA) subiu 0,34 por cento, afastando-se da máxima da sessão, quando subiu 5,77 por cento e renovou o maior patamar intradia histórico para o papel, aos 56,13 reais, após reportar números fortes para o resultado do terceiro trimestre, com lucro líquido de 743 milhões de reais, 23 vezes acima do registrado um ano antes.

- PETROBRAS PN (PETR4.SA) teve alta de 1,91 por cento e PETROBRAS ON ganhou 2,12 por cento, acompanhando o movimento dos preços do petróleo no mercado internacional. - GOL PN e AZUL PN, que não fazem parte do Ibovespa, subiram 3,81 e 3,13 por cento, respectivamente.

O otimismo veio na esteira da aprovação em comissão do Senado de projeto que limita em 12 por cento a cobrança de ICMS sobre combustíveis.

IPC-Fipe avança 0,22% na 3ª quadrissemana de outubro

25/10/2017 – Fonte: Reuters

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de São Paulo registrou alta de 0,22 por cento na terceira quadrissemana de outubro, depois de subir 0,16 por cento na segunda prévia do mês, de acordo com os dados divulgados nesta quarta-feira pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O IPC-Fipe mede as variações quadrissemanais dos preços às famílias paulistanas com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

Usinas devem ter em outubro alta nas vendas mensais de etanol pela 1ª vez na safra

25/10/2017 – Fonte: Reuters

Outubro tende a ser o primeiro mês da safra 2017/18 a registrar vendas maiores de etanol por usinas e destilarias do centro-sul do Brasil frente a temporada passada, mas a manutenção dessa força no consumo é incerta a partir de novembro, segundo especialistas ouvidos pela Reuters.

Dados divulgados nesta terça-feira pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) mostram que as vendas de álcool (anidro e hidratado) na primeira metade do mês no mercado interno somaram 1 bilhão de litros, já acima dos 972,3 milhões de litros de igual período de 2016.

Agora, a expectativa é de que a comercialização se mantenha aquecida também na atual quinzena e leve outubro a terminar com vendas totais maiores que o total de 2,06 bilhões de litros observados há um ano.

Na atual temporada, iniciada em abril, as comercializações mensais foram sempre menores, segundo a Unica.

“O consumo na segunda quinzena (de outubro) deve se manter elevado. A paridade deu uma melhorada boa e é isso que está puxando o aumento de vendas”, afirmou o analista de açúcar e etanol da INTL FCStone, João Paulo Botelho.

Ele lembrou que em São Paulo, Estado com a maior frota de veículos do país, a paridade de preços entre gasolina e hidratado está perto de 67 por cento, abaixo dos 70 por cento a partir dos quais abastecer com álcool geralmente se torna mais interessante economicamente para o motorista.

Tanto que é justamente o hidratado que tem puxado as vendas totais de etanol. Na primeira quinzena de outubro, foram comercializados 655,39 milhões de litros no mercado interno, alta de quase 10 por cento, de acordo com a Unica.

“Essa é a primeira quinzena na safra 2017/18 com vendas de hidratado significativamente maiores àquelas registradas no ciclo 2016/2017”, disse a entidade, em relatório.

INCERTEZAS

O etanol voltou a ganhar força nesta safra após o governo elevar as alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a gasolina em julho, o que deu maior competitividade ao etanol e levou as usinas e destilarias a impulsionarem sua produção, atenuando parcialmente as fracas cotações internacionais do açúcar.

A produção de etanol pelas usinas e destilarias do centro-sul do Brasil cresceu mais de 10 por cento na primeira quinzena de outubro.

A manutenção dessa competitividade, contudo, é incerta a partir de novembro e ao longo da entressafra de cana, que se estende até abril.

Segundo o diretor da comercializadora Bioagência, Tarcilo Rodrigues, há a perspectiva de a alta de preços nas usinas e destilarias ser repassada integralmente pelas distribuidoras aos consumidores finais, algo que ainda não ocorreu nas últimas semanas.

Conforme o monitoramento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), nos últimos 30 dias os preços do álcool nas unidades produtoras de São Paulo aumentaram em mais de 6 por cento, para 1,53 por litro, sem impostos.

“É tudo o que estamos produzindo a mais é exatamente o que o mercado está consumindo a mais, não está indo para estoques”, afirmou Rodrigues.

Na mesma linha, Botelho, da INTL FCStone, concorda que há a possibilidade de algum repasse ao consumidor. Ele ainda destacou que, agora, há menor estímulo à importação por causa da taxaçoão anunciada pelo governo em agosto.

Naquele mês, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu que as importações de etanol sem tarifa serão limitadas a 150 milhões de litros por trimestre.

“No ano passado, os preços caíram ainda em janeiro, no meio da entressafra, por causa da importação”, afirmou Botelho, referindo-se a um período marcado por recordes nas compras externas de etanol.

Competitividade do etanol melhora e as vendas aumentam

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Colheita mecanizada de cana em usina de Sertãozinho, no interior de São Paulo

O setor sucroenergético vive uma outra realidade neste semestre. O preço do etanol ficou mais competitivo do que o da gasolina, as vendas do derivado de cana aumentaram e as usinas estão destinando mais cana-de-açúcar para a produção de álcool.

Os dados de acompanhamento do setor, divulgados pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) nesta terça-feira (24), indicam que as vendas mensais de etanol feitas pelas usinas do centro-sul somaram 2,4 bilhões de litros em agosto e setembro. Esse montante é bem superior aos 2,1 bilhões de litros de junho e julho. Em outubro, as vendas continuam crescendo.

Para atender a demanda crescente de etanol, as usinas mexeram no mix de produção. Na primeira quinzena deste mês destinaram apenas 43,6% da cana para a produção de açúcar, abaixo dos 49,6% de há um ano.

A maior parte da cana colhida foi para a produção do etanol, que utilizou 56,2% da matéria-prima processada pelas usinas da região centro-sul.

Apesar dessa recuperação das vendas de álcool nos últimos meses, o volume deste ano ainda é inferior ao do ano passado, segundo a Unica.

As vendas acumuladas de abril à primeira quinzena de outubro deste ano somaram 13,9 bilhões de litros. Em igual período do ano passado, o volume havia sido de 15,2 bilhões.

A melhora no ritmo de produção e de venda de etanol faz com que as usinas desacelerem a produção de açúcar.

Na primeira quinzena deste mês, a oferta de açúcar superou em 4% a de igual período do ano passado. Na primeira de setembro, porém, a alta havia sido de 6%.

A moagem total de cana da safra 2017/18 soma 500 milhões de toneladas, próximo dos 508 milhões do ano passado.

A informação da Única, apontando a preferência das usinas pela produção de etanol, fez o açúcar subir de preços em Nova York. O primeiro contrato foi negociado a 14,28 centavos de dólar na Bolsa de commodities da cidade nesta terça-feira (24), 2,9% mais do que no dia anterior.

*

Milho - Produtores, governo e indústria se reuniram nesta terça-feira (24) para traçar metas de abastecimento em 2018. Francisco Turra, da ABPA (associação que representa a indústria da proteína animal), diz que esses encontros deverão se tornar periódicos.

À espera do abate - Os confinamentos de gado tinham 10,8 milhões de animais no início deste mês nos Estados Unidos. Esse número supera em 5% o de igual período do ano passado, segundo o Usda (Departamento de Agricultura dos EUA).

Arroz - Os produtores voltaram a campo para continuar semeando o cereal. A chuva, prevista para esta quarta-feira (25), contudo, poderá interromper novamente o plantio.

Perdas anuais - Só o algodão tem preço melhor neste ano do que no anterior na Bolsa de commodities de Nova York. A alta desta commodity, em relação a igual período de 2016, é de 1%.

Queda forte - Já açúcar, cacau, café e suco de laranja estão com quedas acima de 20% no período. O açúcar é o que teve recuo mais expressivo: 38%.

Dow sobe para patamar recorde com resultados otimistas da 3M e Caterpillar

25/10/2017 – Fonte: Reuters

O Dow se recuperou nesta terça-feira, registrando seu maior ganho percentual diário em mais de um mês, após resultados e previsões mais fortes que o esperado de companhias incluindo 3M e Caterpillar alimentarem otimismo sobre recuperação econômica.

O Dow Jones subiu 0,72 por cento, a 23.441 pontos, um fechamento recorde. O S&P 500 ganhou 0,16 por cento, a 2.569 pontos e o Nasdaq Composite avançou 0,18 por cento, a 6.598 pontos.

A ação da 3M avançou 5,9 por cento e a da Caterpillar, 5 por cento, dando ao Dow seu maior impulso, após as companhias reportarem resultados trimestrais e darem perspectivas positivas. O setor industrial do S&P, que subiu 0,5 por cento, também alcançou uma máxima recorde intradia.

“Tem sido encorajador ver alguns desses nomes industriais reportarem números sólidos e elevarem seu guidance”, disse Lindsey Bell, estrategista-chefe de investimentos da CFRA Research, em Nova York.

“Olhando alguns dos resultados que tivemos ontem e os de hoje, você está vendo força interna aqui nos Estados Unidos.”

Os índices devolveram ganhos no fim do dia após a Bloomberg reportar que o economista da Universidade de Stanford, John Taylor, pode ter saído vencedor em uma pesquisa informal realizada pelo presidente Donald Trump com republicanos do Senado sobre seu apoio aos potenciais indicados ao cargo de chair do Fed.

Os mercados reagiram a essa manchete, disse Michael O'Rourke, estrategista-chefe de mercado da JonesTrading em Greenwich, Connecticut, mas afirmou que a pesquisa "obviamente não significa nada".

Combustíveis agora seguem cotações internacionais

25/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou nesta terça (24) que a alta recente dos preços dos combustíveis é uma reação à variação das cotações internacionais. Os preços de gasolina, diesel e gás de botijão tiveram alta expressiva desde que a empresa alterou sua política de reajustes, em 4 de julho.

"Dizer que a Petrobras fixa preços dos combustíveis é uma ideia que não corresponde à realidade. A Petrobras reage aos preços de mercado", disse Parente, em entrevista durante a edição brasileira da feira OTC (Offshore Technology Conference). Ele citou o aumento das alíquotas de PIS/Cofins promovido pelo governo no fim de julho e os impactos do furacão Harvey em refinarias americanas como fatores externos que levaram à alta.

Desde o final de junho, o preço da gasolina nas bombas subiu 11,5%, ou R\$ 0,40 por litro, para R\$ 3,88 na semana passada, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Já o diesel era vendido a R\$ 3,22 na semana passada, um aumento de 8% (ou R\$ 0,24) no mesmo período. Nos dois casos, a área técnica da empresa foi autorizada a realizar reajustes diários para tentar frear a competição com produtos importados por terceiros. Já a política de reajustes do gás de botijão foi alterada em junho, com a realização de reajustes mensais.

Desde então, o preço nas refinarias da empresa subiu 47,6%. Nos últimos meses, o gás de botijão passou a ser um dos vilões da inflação, devido às altas sucessivas promovidas pela empresa em resposta ao aumento das cotações internacionais. Questionado sobre a possibilidade de novos aumentos, Parente disse que é difícil prever o comportamento de preços, mas há hoje estabilidade nas cotações, em torno de US\$ 56 ou US\$ 57 por barril.

ATIVOS Parente reforçou que a empresa mantém a meta de vender US\$ 21 bilhões em ativos até o final de 2018 e disse que as liminares que hoje questionam operações "podem atrasar, mas não impedem" as operações. Atualmente, ações na Justiça e questionamentos do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) atingem negociações que equivalem a 40% do valor já arrecadado pela Petrobras em seu plano de desinvestimentos. Parente disse que espera concluir "o mais rápido possível" a venda de ações da BR. A estatal já deu entrada nos pedidos para lançar até 40% das ações no mercado.

Automotivo e agrícola impulsionam distribuição de aço plano

25/10/2017 – Fonte: GS Notícias/DCI

São Paulo - A retomada da produção de veículos e máquinas agrícolas vem puxando a demanda na distribuição de aços planos. Em setembro, as vendas da rede tiveram crescimento de 5,6% na comparação anual, para 265,4 mil toneladas.

Em entrevista ao DCI, o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, disse que, além da retomada nos setores automotivo e de

máquinas agrícolas, a equalização dos estoques dos industriais tem trazido um aumento da demanda na rede. "A indústria já está trabalhando com os estoques normalizados, o que tem impulsionado a demanda entre os distribuidores."

As compras da rede de distribuição de aço se mantiveram estáveis em setembro na comparação anual, totalizando 263,3 mil toneladas. Em relação a agosto, entretanto, houve uma queda de 4,8%.

Diante desse desempenho, os estoques da rede somaram 895,4 mil toneladas em setembro, recuo de 0,2% sobre agosto. O giro de estoques alcançou 3,4 meses, quando o ideal é de aproximadamente 2,5 meses.

Loureiro ressalta que a entidade mantém a projeção de queda das vendas para 2017 de 1,5% a 2% em relação ao ano passado. "Registramos uma melhora do mercado, o que reduziu a projeção de queda que tínhamos no início do ano de 5%", pontua o dirigente.

Para o presidente do Inda, ainda é difícil falar sobre previsões para 2018, entretanto, diante dos sinais de recuperação da economia e da base fraca, a tendência é que a rede de distribuição de aços planos tenha crescimento no ano que vem, de "pelo menos 5%".

Loureiro afirma ainda que o spread do aço - diferença entre o custo do minério de ferro e do carvão e o preço de venda do insumo - na China é o maior desde 2010. "Neste cenário, não vemos espaço para novos aumentos das cotações neste ano", observa. "Hoje, o spread do aço está em 10% a 15% na China", relata.

Resultado operacional da GM supera estimativas e ações sobem

25/10/2017 – Fonte: Reuters

A General Motors divulgou nesta terça-feira lucro antes do impostos, maior do que o esperado no terceiro trimestre, impulsionado por redução de custos e mudança de foco para veículos com maiores margens, como utilitários esportivos, levando as ações subirem para nível recorde.

A GM registrou prejuízo líquido devido aos encargos relativos à venda de suas operações europeias, mas o resultado operacional da montadora superou as expectativas de Wall Street e a companhia reafirmou sua previsão de que os resultados financeiros de 2017 serão em linha com o desempenho recorde do ano passado.

A montadora também disse aos investidores que está no caminho certo para reduzir os estoques de veículos não vendidos nos EUA para o nível gerenciável de 70 dias até o fim do ano. A GM fechou o mês de setembro com estoques equivalentes a 76 dias de venda, abaixo de 88 dias um mês antes e mais de 100 no verão.

As ações da montadora subiram 2,3 por cento para o maior nível desde a oferta inicial de ações (IPO) de 2010.

A maior montadora norte-americana disse esperar que as vendas de veículos nos Estados Unidos permaneçam estáveis em um ritmo anual de cerca de 17 milhões de veículos leves em 2017, "e esperamos isso também 2018", disse o vice-presidente financeiro da GM, Chuck Stevens, a repórteres nesta terça-feira.

A GM registrou uma receita menor no trimestre, pois fechou fábricas na América do Norte para reduzir a produção e lidar com os estoques elevados, especialmente de modelos impopulares de sedans, à medida que os consumidores migram cada vez mais para picapes, utilitários esportivos (SUVs) e crossovers.

A GM teve lucro antes de impostos na América do Norte, apesar dos significativos cortes de produção e grandes descontos. Stevens creditou o resultado ao corte de custos e a uma mudança para picapes e veículos utilitários. A empresa cortou os custos de produção na América do Norte em 2 bilhões de dólares durante os primeiros nove meses de 2017.

A GM teve prejuízo líquido no terceiro trimestre de 2,98 bilhões de dólares, ou 2,03 dólares por ação, devido aos encargos decorrentes da venda de sua unidade Opel na Europa à Peugeot. A empresa teve lucro de 2,77 bilhões de dólares no mesmo período do ano passado.

Mas excluindo os encargos extraordinários, a empresa lucrou 1,32 dólar por ação, acima das expectativas dos analistas 1,14 dólar.

A receita trimestral caiu para 33,6 bilhões de dólares, ante 38,9 bilhões de dólares no ano anterior. Os analistas esperavam receita de 32,72 bilhões de dólares.

Toyota apresenta carro desenvolvido para cadeirantes

25/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A [Toyota](#) vai exibir no Salão do Automóvel de Tóquio um protótipo elétrico de dois lugares pensado para cadeirantes.

O Concept-i Ride tem apenas 2,5 metros de comprimento (1,5 metro a menos que um compacto tradicional) e 1,3 metro de largura. De acordo com a Toyota, as medidas foram pensadas para possibilitar que pessoas com deficiência motora possam estacionar o veículo em vagas estreitas e ainda assim conseguir entrar e sair do veículo sem dificuldade.

As portas são eletrônicas e se abrem para cima, liberando um grande vão de acesso, além de ajudar a erguer a cadeira de rodas.

Segundo a Toyota, esse sistema integrado evita que o motorista se suje ao guardar a cadeira.

Os bancos são elétricos e se movem para facilitar o acesso ao veículo.

O Concept-i Ride não tem volante ou pedais, que foram substituídos por joysticks instalados nos descansos de braço.

Ainda não há previsão de quando o conceito se tornará um carro produzido em série. O Salão do Automóvel de Tóquio 2017 estará aberto ao público de 27 de outubro a 5 de novembro.

Compra de aço da rede de distribuição fica quase estável em setembro, diz Inda

25/10/2017 – Fonte: GS Notícias/DCI

As compras da rede de distribuição de aço ficaram praticamente estáveis em setembro em relação ao mesmo período do ano passado, para 263,3 mil toneladas, segundo dados divulgados nesta terça-feira, 24, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Em relação a agosto, houve queda de 4,8%.

O levantamento inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e galvalume.

Já as vendas realizadas pelos distribuidores avançaram 5,6% em setembro na relação anual, para 265,4 mil toneladas. Na comparação com o mês imediatamente anterior, no entanto, o volume representou queda de 12%.

Com esse desempenho os estoques da rede somaram 895,4 mil toneladas no mês passado, queda de 0,2% ante agosto. O giro de estoques ficou em 3,4 meses.

As importações encerraram setembro com crescimento de 116,9% na relação anual, para 136,4 mil toneladas. Na comparação com agosto, a alta foi de 17,2%.

Para outubro, a estimativa do Inda é de que tanto as compras quanto as vendas da rede de distribuição subam 5% em relação a setembro.

Projeções

A queda das vendas de aço pela rede de distribuição neste ano deverá ficar entre 1,5% e 2% em relação ao ano passado, segundo divulgou o Inda. A projeção anterior apontava para uma retração de 5% no mercado.

Segundo o presidente da entidade, Carlos Loureiro, o mês de setembro mostra recuperação, puxada especialmente pelo setor automotivo e de máquinas agrícolas. A média diária de venda no mês passado foi de 13,3 mil toneladas, o melhor índice mensal deste ano. A marca também é o melhor se for considerado os meses de setembro de 2015 (11,8 mil toneladas) e de 2016 (12 mil toneladas).

China

O preço do aço plano na China parece estar próximo do pico, com um valor de cerca de US\$ 555 por tonelada, disse Loureiro. Segundo ele, o *spread* do aço, que é a diferença da venda do produto para o valor das matérias-primas, na China está hoje no maior nível desde 2010, o que demonstra que os preços não devem subir mais.

O preço do minério de ferro, hoje por volta de US\$ 60 a tonelada na China, poderá cair um pouco neste ano, conforme projeções de mercado, o que dificulta justificar o *spread* no nível atual.

Com esse cenário de preço no mercado interno, a CSN que anunciou aumento de preços para o início deste mês, conseguiu implementar, mas o movimento acabou não sendo seguido pelas demais usinas. "Por conta do risco de importações, as usinas estão analisando muito bem a possibilidade de qualquer aumento neste ano", disse.

O prêmio do aço, que é o diferencial de preço do produto importado em relação ao nacional, está hoje entre 10% e 15%, considerando o atual patamar de taxa de câmbio. Em setembro, as importações de aço pela rede subiram 116,9% na relação anual, para 136,4 mil toneladas. No entanto, o executivo comenta que a projeção é de que as importações sejam menores em outubro.

MP que cria Agência Nacional de Mineração é aprovada em comissão mista

25/10/2017 – Fonte: Senado Notícias

- Proposições legislativas
- [MPV 791/2017](#)

A Medida Provisória ([MP](#)) [791/2017](#), que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi aprovada nesta terça-feira (24) pela comissão mista que analisou a matéria. A medida integra a reformulação do marco legal da mineração. O texto aprovado é o projeto de lei de conversão proposto pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

— Nossa intenção é criar uma agência que tenha estrutura para atender as demandas dos trabalhadores e das empresas do setor mineral. Será uma agência altamente

superavitária. Nunca faria 'teatro' criando uma agência só para trocar o nome de DNPM para ANM — destacou Quintão.

Entre as mudanças na MP original, estão novos critérios de cálculo da Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM), inicialmente denominada Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias. Quintão propôs o pagamento da taxa conforme o porte do empreendimento, com base no faturamento anual do exercício anterior.

— A lógica é: quem fatura mais, paga mais e quem fatura menos e explora área menor, paga menos — explicou.

O valor da taxa varia de R\$ 600 a R\$ 2,8 milhões, dependendo da fase em que se encontra o empreendimento mineral (pesquisa, concessão, licenciamento ou permissão). O texto recebeu mais de 100 emendas, e o relator acolheu parcialmente 25 delas. A maior parte sugeria mudanças na taxa. O relator também alterou no projeto de lei de conversão os cargos que compõem a estrutura organizacional da ANM para garantir cargos de direção comissionados.

— O governo reduzia cargos comissionados na proposta original, mas isso inviabilizaria a ocupação de cargos de direção — justificou.

A proposta aprovada pela comissão mista também estabelece que a ANM deverá comunicar à autoridade policial competente a ocorrência de extração mineral ilegal ou de lavra não autorizada, para fins de apreensão das substâncias minerais, bens e equipamentos.

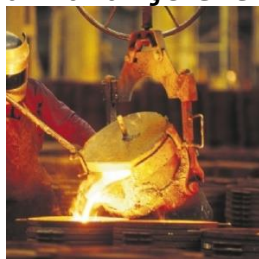
— Entendemos que essa alteração possibilita uma atuação mais segura para a fiscalização da ANM — argumentou o relator.

Outra emenda aprovada prevê que no desempenho de suas funções, a ANM poderá delegar, mediante convênio, competências a Estados e Municípios e deverá atuar articuladamente com os órgãos e entidades federais, estaduais, distrital e municipais. A medida segue para apreciação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Indústria de fundição cresce após três anos de retração

25/10/2017 – Fonte: GS Notícias /DCI

Retomada. O setor movimenta US\$ 7 bilhões no Brasil e, nos últimos três anos, registrou forte queda da produção. Mas para 2017, a perspectiva é de um avanço entre 7% e 9% dos volumes



Após três anos de retração acumulada de 30%, o setor de fundição - que fabrica peças e componentes para a indústria - está voltando a crescer. A expectativa é de uma expansão de 7% a 9% da produção em 2017 e, no ano que vem, de aumento de 5% a 10%.

O setor fatura cerca de US\$ 7 bilhões no Brasil e emprega, de forma direta, 55 mil pessoas. As empresas, em grande parte, são familiares. Mas diante da profunda queda da indústria automobilística, principal segmento demandante de peças fundidas, houve um verdadeiro "desmonte" da cadeia local.

"Diversas empresas pediram recuperação judicial ou fecharam as portas", relata o diretor-executivo da Associação Brasileira de Fundição (Abifa), Roberto João de Deus. Segundo ele, os fabricantes começam a se recuperar agora principalmente com a retomada da produção de veículos no País.

A fabricante de peças acabadas e semi-acabadas Lepe, que utiliza ferro fundido como principal matéria-prima, viu o seu faturamento despencar cerca de 55% entre 2014 e 2016. "Tivemos que cortar o nosso quadro de funcionários praticamente pela metade", conta o diretor comercial da empresa, Wilson de Francisco Júnior.

Para ele, o ponto mais crítico na cadeia de fundição é a rentabilidade. "As margens do nosso mercado caíram drasticamente, já que não conseguimos repassar o aumento de custos que tivemos nos últimos anos", acrescenta o empresário.

A fabricante de peças de alumínio Presmak reduziu a utilização de sua capacidade instalada pela metade diante da profunda retração da indústria automotiva, que representa 97% da sua demanda. "Tínhamos 300 funcionários em meados de 2012 e, atualmente, temos cerca de 170", revela o diretor-geral da empresa, Renê Alécio Cavalheiri.

Contudo, o presidente da Abifa afirma que, agora, os sinais de recuperação estão mais consistentes e que, neste ano, a produção do setor deve alcançar cerca de 2,3 milhões de toneladas. "Mas o ideal é operarmos a 3,8 milhões de toneladas", ressalta.

A capacidade instalada da indústria de fundição no Brasil é de aproximadamente 4 milhões de toneladas, de acordo com a Abifa. A exportação responde por 18% a 20% da produção.

"Se a economia conseguir se afastar dos problemas políticos, possivelmente vamos voltar aos patamares recordes da nossa indústria em meados de 2020", estima João de Deus.

O dirigente se diz otimista com os números do setor. "Começamos a ter resultados positivos no começo deste ano, mas os sinais de recuperação vinham antes", complementa.

Apostas

Com capacidade instalada de 18 mil toneladas anuais, a Lepe readequou a sua empresa para atravessar o período de crise. "Enxugamos os custos e agora devemos elevar o quadro de funcionários em cerca de 10% neste ano", explica Júnior. Segundo ele, a Lepe projeta expansão de 10% em 2017. "Já sentimos um aumento importante da demanda", salienta.

Já o diretor da Presmak pontua que, no auge do mercado local em meados de 2012, a empresa investiu quase R\$ 10 milhões para se preparar para o futuro. "Previmos que a empresa dobraria de tamanho em 2016, mas a crise atingiu fortemente o mercado e isso não aconteceu. Porém, hoje estamos saudáveis", diz Cavalheiri.

Ele revela ainda que, apesar da queda da produção nos últimos três anos, a Presmak não registrou recuo no faturamento. "Agregamos usinagem [serviços] ao nosso portfólio, o que ajudou a aumentar a nossa receita", observa. Cavalheiri comenta que, para 2017, a empresa prevê um crescimento de 20% do faturamento.

"Estamos aumentando o número de clientes e reduzimos portfólio para focar onde somos competitivos." Adicionalmente, o empresário revela que a demanda por peças de alumínio - material mais leve em relação ao aço - é uma tendência no mercado automotivo.

"Com as exigências de eficiência energética do mercado automotivo, a produção de peças de alumínio vai crescer", estima o diretor da Presmak. Diante desse quadro, a empresa espera um crescimento de 15% a 20% no ano que vem. "Vamos crescer acima da média do mercado", aposta Cavalheiri.

O diretor da Abifa alerta, porém, para o câmbio, que pode impactar de maneira significativa o desempenho da indústria de fundição. "Com o dólar abaixo de R\$ 3, fica muito mais fácil para as montadoras e sistemistas importarem peças. É difícil competir com importados, especialmente vindos da China", explica João de Deus.

No entanto, o dirigente acredita que as empresas da cadeia de fundição estão no caminho da retomada. "Neste ano, devemos recuperar os níveis de produção de 2015. Mas a perspectiva é que até 2020 os fabricantes retomem os níveis recordes que tivemos há alguns anos", estima o dirigente.

Consumo de transformados de alumínio sobe 2,1% no 1º semestre

25/10/2017 – Fonte: GS Notícias /DCI

O consumo do mercado doméstico de produtos transformados de alumínio no primeiro semestre deste ano cresceu 2,1% em relação a igual período de 2016, para 600,9 mil toneladas, informou nesta terça-feira (24) a Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Nos seis primeiros meses do ano passado, o consumo doméstico somou 588,4 mil toneladas, destaca a entidade.

De acordo com a Abal, a expansão foi puxado, principalmente, pelo segmento de transportes (+12,6%), que aumentou de forma significativa as suas exportações. Outro negócio que se destacou durante o período foi o de eletricidade, "muito em função do promissor mercado de energia solar fotovoltaica."

Em entrevista recente ao DCI, o presidente da Abal, Milton Rego, afirmou que a demora de uma retomada contundente da economia brasileira pode comprometer a saúde e a sobrevivência das empresas do setor, especialmente de pequeno e médio porte. "No curto prazo, já enxergamos recuperação. A grande questão é o longo prazo", avaliou.